

EDITAL N. 001, 14 de setembro de 2015.

**REGULAMENTA O CONCURSO PÚBLICO PARA
PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE
PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO QUADRO DE
PESSOAL PERMANENTE DA PROCURADORIA
GERAL DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA.**

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE GOIÂNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n. 276, de 03 de junho de 2015 e amparado pelo Decreto n. 2.530, de 15 de outubro de 2014 e ainda pelo que preconiza o artigo 37, incisos I e II, da Constituição Federal, torna pública a abertura das inscrições ao Concurso Público destinado a selecionar candidatos para o provimento de 40 (quarenta) vagas no cargo de Procurador do Município, do quadro de pessoal permanente da Procuradoria Geral do Município e a formação de Cadastro de Reserva para aproveitamento, à medida que forem surgindo novas vagas, no limite do prazo de validade deste certame e em conformidade com as normas estabelecidas neste Edital. O presente certame será regido por este Edital, seus Anexos, demais legislações pertinentes, e contará com a participação de representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), nos termos do artigo 58, inciso X da Lei Federal n. 8.906, de 04 de julho de 1994.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O concurso será coordenado pela Secretaria Municipal de Administração - SEMAD e pela Comissão de Concurso Público, designada pelo Decreto n. 1.462 de 22 de junho de 2015, com alterações posteriores, e realizado pela Universidade Federal de Goiás – UFG, por intermédio do Centro de Seleção.

1.2 Compete à Secretaria Municipal de Administração e à Comissão de Concurso a supervisão e a coordenação das atividades inerentes ao concurso.

1.3 Compete ao Centro de Seleção da UFG a elaboração e a execução de todas as atividades necessárias à realização do concurso.

1.4 Integram o presente Edital os seguintes anexos:

- a)** Anexo I – Laudo médico para pessoas com deficiência (formulário);
- b)** Anexo II – Programas das provas;
- c)** Anexo III – Documentos para posse;
- d)** Anexo IV – Cronograma.

1.5 As inscrições serão realizadas, exclusivamente, via internet, no site <www.cs.ufg.br>.

1.6 O valor da taxa de inscrição será de R\$ 130,00 (cento e trinta reais).

1.7 A seleção para o cargo de que trata este Edital compreenderá as seguintes etapas:

- a)** Primeira Etapa: Prova Objetiva, de caráter eliminatório e classificatório;
- b)** Segunda Etapa: Prova Discursiva, de caráter eliminatório e classificatório.

1.8 Todos os horários referenciados neste Edital têm por base o horário oficial de Brasília.

2. DO CARGO

2.1 O cargo, as vagas, a escolaridade, o requisito, a jornada de trabalho, a remuneração, a descrição das atribuições do cargo, a lotação e o regime jurídico são os descritos a seguir.

2.1.1 Cargo: Procurador do Município.

2.1.2 Vagas: 40 (quarenta), sendo 38 (trinta e oito) para ampla concorrência e 2 (duas) para pessoas com deficiência.

2.1.3 Escolaridade: Curso Superior em Direito (Graduação completa).

2.1.4 Requisito: habilitação legal para o exercício da advocacia (inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB).

2.1.5 Jornada de trabalho: 06 (seis) horas diárias, perfazendo um total de 30 (trinta) horas semanais.

2.1.6 Remuneração Inicial: Vencimento de R\$ 1.746,28 (um mil, setecentos e quarenta e seis reais e vinte e oito centavos) + Adicional de Representação de Procurador à razão de 100% (cem por cento) da Classe e Padrão em que o servidor encontrar-se posicionado na Tabela de Vencimentos do Cargo, totalizando **R\$ 3.492,56 (três mil, quatrocentos e noventa e dois reais e cinquenta e seis centavos)**.

2.1.6.1 Além do Adicional especificado acima, o ocupante deste cargo poderá perceber o Adicional de Titulação e Aperfeiçoamento, conforme art. 44 da Lei Complementar n. 262, de 28 de agosto de 2014, concedido após o Estágio Probatório, desde que atendidos aos requisitos legais.

2.1.7 Descrição das atribuições do cargo:

- a) representar o Município judicialmente, perante qualquer juízo ou tribunal, conforme documento hábil;
- b) assistir juridicamente aos órgãos e entidades da Administração Direta, Indireta e Fundacional para defender os interesses da Municipalidade;
- c) atuar nos procedimentos administrativos concernentes ao controle interno da legalidade dos atos da Administração Municipal;
- d) analisar a aplicação das normas jurídicas, dando-lhes interpretação, e propondo os atos necessários ao seu esclarecimento;
- e) subsidiar estudos e propostas visando ao aperfeiçoamento e à adequação da legislação municipal;
- f) examinar e elaborar pareceres jurídicos em processos e documentos da área de sua especialidade.

2.1.8 Lotação: Os ingressantes neste cargo serão lotados na Procuradoria Geral do Município, podendo ser designados, por ato do Procurador Geral, para prestar serviços em outros órgãos e entidades da Administração Municipal, mantida, neste caso, a lotação originária.

2.1.9 Regime Jurídico: Os ingressantes no cargo de Procurador do Município serão submetidos ao regime jurídico Estatutário, nos termos da Constituição Federal e da Lei Complementar n. 011, de 11/05/1992 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Goiânia) e suas alterações.

2.2 Este cargo público integra o Plano de Carreira e Vencimentos do Cargo de Procurador do Município - Lei Complementar n. 262, de 28 de agosto de 2014.

3. DA DIVULGAÇÃO

3.1 Os avisos relativos ao Concurso Público serão divulgados, via internet, nos sites <www.cs.ufg.br> e <www.concursos.goiania.go.gov.br>.



3.2 É de responsabilidade exclusiva do candidato o acompanhamento das etapas deste Concurso Público mediante consulta ao site <www.cs.ufg.br>.

3.3 Os atos oficiais relativos a este Concurso Público serão publicados no Diário Oficial do Município.

3.4 Do Cronograma do Concurso constam as datas relativas ao certame, podendo tais datas serem modificadas conforme necessidade e conveniência da Administração.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1 A inscrição no presente concurso implica o pleno conhecimento e a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital e demais instrumentos reguladores, dos quais o candidato não poderá alegar desconhecimento.

4.2 Antes de se inscrever no concurso público, o candidato deverá ler o Edital, incluindo seus Anexos, para certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.

4.3 Antes de realizar a inscrição, o candidato deve, inicialmente, preencher o formulário de cadastro de dados pessoais disponível no site <www.cs.ufg.br>, que inclui a solicitação do número do CPF (próprio), os dados do documento de identidade, e-mail válido para contato e uma senha pessoal, dentre outros.

4.4 Caso o candidato já possua cadastro na base de dados do Centro de Seleção da UFG, deverá estar de posse de seu número de CPF e senha pessoal para realizar a inscrição.

4.5 Quando da realização da inscrição, o candidato assume, sob as penas da lei, conhecer as instruções específicas do concurso e possuir os documentos comprobatórios para satisfação das condições exigidas à época da sua apresentação, se classificado e convocado para a posse.

4.6 As informações prestadas no formulário de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, dispondo o Centro de Seleção da UFG do direito de excluir do concurso, mesmo que tenha sido aprovado em todas as provas, independente de qualquer aviso ou diligência, aquele que fornecer dados comprovadamente inverídicos, cabendo, neste caso, ampla defesa conforme item 13 do Edital.

4.7 Ao efetuar a inscrição, é imprescindível que o candidato informe o seu número do Cadastro de Pessoa Física (CPF).

4.8 As inscrições serão realizadas conforme o período que consta do cronograma do certame, exclusivamente via internet, no site <www.cs.ufg.br>.

4.9 O valor da taxa de inscrição será de R\$ 130,00 (cento e trinta reais).

4.10 Para efetuar a inscrição, o candidato deverá proceder da seguinte forma:

a) acessar na internet a página do concurso, por meio do site <www.cs.ufg.br>, a partir da data de abertura da inscrição, até as 23h59min do seu último dia;

b) preencher todos os campos do formulário de inscrição, conferir os dados digitados e confirmá-los, de acordo com as orientações e os procedimentos contidos na página;

c) imprimir o formulário de inscrição;

d) imprimir boleto bancário (exceto os candidatos beneficiados com a isenção do pagamento da taxa de inscrição);

e) efetuar o pagamento da taxa de inscrição, unicamente por meio do boleto bancário, pagável preferencialmente em agência bancária, lotéricas ou agência similar que realize o procedimento bancário.

4.11 Após as 23h59min do último dia de inscrição, não será possível inscrever-se no certame.



4.12 O pagamento da taxa deverá ser efetuado impreterivelmente até o primeiro dia útil após o término da inscrição. A solicitação de inscrição cujo pagamento não for efetuado até essa data será cancelada.

4.13 O candidato somente deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição após certificar-se de que preencheu corretamente os dados do formulário e constatar que possui todos os requisitos exigidos para ingresso no cargo, pois, detectado erro após o pagamento, não haverá devolução do valor recolhido, salvo as situações mencionadas neste Edital.

4.14 Após a confirmação dos dados da inscrição, em caso de erro no número do CPF, o candidato poderá efetuar nova inscrição dentro do prazo fixado no cronograma do concurso, Anexo IV deste Edital. Entretanto, se já tiver efetuado o pagamento da inscrição, deverá efetuar novo pagamento da taxa podendo solicitar ressarcimento conforme subitem 4.15.1 deste Edital.

4.15 O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição será devolvido apenas em caso de cancelamento do concurso público por conveniência ou interesse da Administração ou se for efetuado em duplicidade ou fora do prazo.

4.15.1 O candidato que pagar a taxa em duplicidade ou fora do prazo determinado poderá solicitar devolução do pagamento no prazo máximo de 30 dias após encerradas as inscrições. Para isso, deverá entrar com um requerimento de ressarcimento, mediante processo administrativo autuado em dias úteis, das 8 às 17 horas, na Comissão de Concurso Público da Prefeitura de Goiânia, sito à Avenida do Cerrado, n. 999, Bloco C, 2º andar, Park Lozandes, Paço Municipal.

4.15.1.1 Os candidatos residentes fora do Município de Goiânia deverão entrar em contato com a Comissão de Concurso Público da Prefeitura de Goiânia, através do endereço eletrônico **concursos@semad.goiania.go.gov.br** para receber orientações, observando o mesmo prazo estipulado no subitem anterior.

4.16 Será de inteira responsabilidade do candidato a impressão e a guarda do seu comprovante de pagamento da inscrição.

4.17 O boleto bancário, com a autenticação mecânica, ou o comprovante de pagamento bancário, feito até a data limite do vencimento, será o único comprovante de pagamento aceito.

4.18 Não serão aceitos pagamentos de inscrição por depósito em caixa eletrônico, via transferência eletrônica, agendamento de pagamento, DOC, DOC eletrônico, ordem de pagamento ou depósito comum em conta-corrente, condicional e/ou extemporânea, ou por qualquer outra via que não a especificada neste Edital.

4.19 O pagamento de inscrição realizado no último dia, via auto-atendimento em terminal bancário, via internet ou correspondente bancário (COBAN), deverá ser efetuado conforme as condições de funcionamento do banco, devendo o candidato responsabilizar-se pelo conhecimento da data de processamento, caso o pagamento seja efetuado após o horário de atendimento bancário. O pagamento realizado no último dia, porém, processado após a data prevista neste Edital, implicará o indeferimento da inscrição.

4.20 O simples comprovante de agendamento bancário não será aceito como comprovante de pagamento da inscrição.

4.21 Será automaticamente cancelada a inscrição cujo pagamento for efetuado por cheque sem o devido provimento de fundos, ou se o cheque utilizado para o pagamento tenha sido devolvido por qualquer motivo. Cheques emitidos por terceiros não serão aceitos.



4.22 Não será aceita inscrição condicional, extemporânea, por via postal, via fax ou via correio eletrônico. Verificado, a qualquer tempo, o recebimento de inscrição que não atenda a todos os requisitos fixados neste Edital, esta será cancelada.

4.23 É vedada a transferência para terceiros do valor pago a título de taxa, assim como a transferência da inscrição para outrem.

4.24 O Centro de Seleção da UFG não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida em consequência de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação, bem como de outros fatores, alheios ao Centro de Seleção, que impossibilitem a transferência de dados. Caso a inscrição não seja homologada por motivo imputável ao Centro de Seleção da UFG e em conformidade com as normas dispostas neste Edital, o candidato terá a inscrição assegurada.

4.25 O candidato somente será considerado inscrito no concurso após ter cumprido todas as instruções descritas neste Edital.

4.26 Haverá isenção total do valor da taxa de inscrição para os candidatos que atenderam o disposto no Decreto Municipal n. 2.918, de 16 de dezembro de 2014 e suas alterações, conforme descrito a seguir:

a) candidatos que preencherem os requisitos estabelecidos no Decreto Federal n. 6.593, de 2 de outubro de 2008 (CADÚNICO);

b) doadores de sangue, conforme determina a Lei Municipal n. 8.717, de 26 de novembro de 2008;

c) doadores de medula óssea, em conformidade com a Lei Municipal n. 9.611, de 2 de julho de 2015.

4.26.1 A solicitação de isenção do pagamento de inscrição deverá ser preenchida pelo candidato, no período que consta do cronograma do concurso, no site <www.cs.ufg.br>, conforme instruções contidas na página específica para este fim.

4.26.2 No ato da solicitação de isenção o candidato deverá:

a) informar o meio pelo qual deseja solicitar a isenção: via CADÚNICO ou como doador de sangue ou como doador de medula óssea;

b) imprimir o formulário de inscrição de isenção e entregá-lo ou enviá-lo, via SEDEX, às suas expensas, no período que consta do cronograma do concurso, anexando a documentação exigida – somente os candidatos que solicitarem a isenção como doador de sangue ou doador de medula óssea, conforme subitens 4.27.2 e 4.27.3 do Edital, para o Centro de Seleção da UFG, sito à Rua 226, q. 71, s.n., Setor Universitário, Goiânia-GO, CEP 74.610-130, no horário de 8 às 17 horas, em dias úteis, sendo que somente será considerada aquela cuja postagem seja efetuada até a data que consta do cronograma do concurso.

4.27 O Centro de Seleção não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio de documentos que impeça a chegada a seu destino.

4.27.1 Os candidatos que solicitarem a isenção do pagamento da inscrição via CADÚNICO deverão:

a) ter inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CADÚNICO), de que trata o Decreto Federal n. 6.135, de 26 de junho de 2007;

b) ser membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto Federal n. 6.135, de 26 de junho de 2007 e declarar formalmente essa condição, conforme o previsto no inciso I, do art. 4º do Decreto Municipal n. 2.918, de 16 de dezembro de 2014;

c) indicar o número de identificação social (NIS), atribuído pelo CADÚNICO.

4.27.1.1 O Centro de Seleção consultará o órgão gestor do CADÚNICO para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato e repassará a esse órgão a responsabilidade pela análise da condição do candidato e definição da concessão da isenção.

4.27.1.2 O Centro de Seleção não se responsabilizará por eventuais prejuízos que o candidato possa sofrer tanto em decorrência de informação incorreta ou inválida do NIS, fornecida por ele, como de divergência entre os dados pessoais informados no ato da inscrição deste concurso (nome, número do documento de identidade, nome da mãe, CPF, data de nascimento, entre outros) e de dados que constam do programa CADÚNICO do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS. Os dados fornecidos erroneamente implicarão o indeferimento do pedido da isenção do pagamento da inscrição.

4.27.1.3 Os candidatos que solicitarem isenção via CADÚNICO **não** deverão enviar qualquer documentação.

4.27.2 Os candidatos doadores de sangue amparados pela Lei Municipal n. 8.717, de 26 de novembro de 2008 e decretos regulamentadores, **que solicitarem a isenção do pagamento da inscrição deverão** entregar ou encaminhar, via SEDEX, às suas expensas, o formulário de inscrição, acompanhado de cópia autenticada do comprovante original de doação de sangue, devidamente datada e assinada pela autoridade competente.

4.27.2.1 O Centro de Seleção poderá solicitar, a qualquer tempo, o original do comprovante de doação de sangue.

4.27.2.2 A isenção será concedida somente para o candidato que tenha doado sangue, no mínimo, 2 (duas) vezes, no período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias anteriores à data de abertura das inscrições ao Concurso, conforme legislação vigente.

4.27.2.3 Os comprovantes de doação somente serão aceitos se apresentarem o número e a data de doação, emitidos por órgão oficial ou por entidade credenciada pela União, Estado ou Município.

4.27.2.4 Não será considerada a doação de plaquetas ou de qualquer outro componente sanguíneo.

4.27.3 Os candidatos doadores de medula óssea amparados pela Lei Municipal n. 9.611, de 2 de julho de 2015, **que solicitarem a isenção do pagamento da inscrição deverão** entregar ou encaminhar, via SEDEX, às suas expensas, o formulário de inscrição, acompanhado da cópia autenticada do comprovante dessa doação, expedida pela unidade coletora, devidamente assinada pela autoridade competente, constando a qualificação civil do doador (nome completo, CPF e endereço), o horário e a data de realização da coleta e ainda a cópia da inscrição do candidato no Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea (REDOME).

4.27.3.1 O Centro de Seleção poderá solicitar, a qualquer tempo, o original da cópia do comprovante de doação de medula óssea.

4.27.3.2 A isenção será concedida somente para o candidato que tenha doado, no mínimo, 1 (uma) vez, no período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias anteriores à data de abertura das inscrições ao Concurso, conforme legislação vigente.

4.27.4 Será automaticamente indeferida a solicitação de isenção, cujos dados estejam incompletos e/ou incorretos.

4.27.5 Os documentos anexados para análise da solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição não serão devolvidos.

4.27.6 Caso o candidato queira complementar ou substituir algum documento, é necessário fazer a retificação ou complementação até a data final da entrega da documentação. Após esse dia, não será permitida qualquer complementação ou substituição de formulários ou documentos.

4.27.7 As informações prestadas no formulário de solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição bem como a documentação apresentada serão de inteira responsabilidade do candidato, podendo este, a qualquer momento, caso apresente documentação não verdadeira, ser eliminado do concurso e responder por crime contra a fé pública, sem prejuízo de outras sanções legais, cabendo neste caso ampla defesa conforme item 13 do Edital.

4.27.8 Os candidatos que solicitaram isenção poderão consultar no site <www.cs.ufg.br>, por meio do CPF, os resultados preliminar e final de seu pedido de isenção do pagamento da inscrição.

4.27.9 O candidato contemplado com a isenção do pagamento da taxa de inscrição poderá retirar no site <www.cs.ufg.br>, a partir da data que consta do cronograma do concurso, no *link* específico da isenção, o documento comprobatório deste benefício.

4.27.10 O candidato que solicitou isenção do pagamento e **não** foi contemplado, caso tenha interesse em efetivar sua inscrição, poderá acessar na página <www.cs.ufg.br>, o *link* “Acompanhe sua Inscrição”, imprimir o boleto e efetuar o pagamento da inscrição.

4.28 As inscrições que não atenderem às normas dispostas neste Edital serão canceladas.

5. DA CONFIRMAÇÃO DA INSCRIÇÃO

5.1 Efetuada a inscrição, os dados cadastrais do candidato serão disponibilizados para consulta, conferência e acompanhamento no site <www.cs.ufg.br>, no *link* “Acompanhe sua Inscrição”.

5.2 É obrigação do candidato, após o pagamento da taxa, acompanhar no site do certame a confirmação da inscrição, verificando a sua regularidade após cinco dias úteis do pagamento.

5.2.1 A inscrição só será confirmada **mediante** informação da rede bancária, que leva em média 5 (cinco) dias úteis para enviar o arquivo retorno sobre o pagamento.

5.2.2 O candidato que efetivar mais de uma inscrição será inscrito somente naquela cuja data de pagamento seja a mais recente. As outras serão canceladas automaticamente. Caso o pagamento tenha sido efetivado no mesmo dia, será considerada válida aquela com o número de inscrição maior.

5.3 O candidato isento deverá verificar a regularidade da inscrição, após o recebimento do benefício da isenção do pagamento da taxa.

5.3.1 O candidato isento que efetivar mais de uma inscrição será inscrito somente naquela cuja data de inscrição seja a mais recente. As outras serão canceladas automaticamente.

5.4 Após o período das inscrições, o candidato poderá conferir se os seus dados pessoais, informados no ato da inscrição, estão corretos. Caso haja algum dado a ser corrigido, será disponibilizado ao candidato, em data especificada no cronograma, a opção de alteração de seus dados cadastrais, com exceção do número do cadastro de pessoa física (CPF). Em caso de erro no nome do candidato ou em outros dados fornecidos, o interessado deverá entrar em contato com o Centro de Seleção pelo telefone (62) 3209-6330 ou pelo endereço eletrônico cs@ufg.br, para se informar sobre os procedimentos para realizar a correção de dado(s).

5.5 Os pedidos de inscrição serão analisados pelo Centro de Seleção da UFG e aqueles que não estiverem de acordo com as condições estabelecidas neste Edital serão indeferidos. As inscrições serão homologadas por meio do número de inscrição e nome do candidato.

5.6 Caso a inscrição não seja homologada até a data estabelecida no cronograma do concurso, o candidato deverá dirigir-se ao Centro de Seleção da UFG, sito à Rua 226, Qd. 71, s./n., Setor Universitário, Goiânia-GO, CEP 74.610-130, no horário de 8 às 17 horas, em dias úteis, munido do boleto quitado ou do boleto e comprovante original de pagamento ou do pedido de isenção deferido. Do contrário, assumirá a

responsabilidade pelas consequências decorrentes do não cumprimento dessa orientação. O candidato poderá ainda contatar o Centro de Seleção da UFG pelo telefone (62) 3209-6330 para receber instruções sobre o procedimento para homologação da inscrição.

5.7 As informações complementares acerca da inscrição estarão disponíveis no site <www.cs.ufg.br>.

6. DAS VAGAS E DO TEMPO ADICIONAL PARA OS CANDIDATOS QUE SE DECLARAREM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

6.1 Às pessoas com deficiência que pretendem fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas no inciso VIII, do Artigo 37, da Constituição Federal, na Lei Federal n. 7.853, de 24 de outubro de 1989, regulamentada pelo Decreto Federal n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e suas alterações e na Súmula n. 377-STJ, de 22 de abril de 2009, é assegurado o direito de inscrição para o preenchimento de vagas reservadas ao cargo, cujas atribuições sejam compatíveis com a sua deficiência.

6.1.1. Serão ofertadas 2 (duas) vagas neste concurso público às pessoas com deficiência.

6.2 Além da reserva de vaga, é assegurado à pessoa com deficiência o direito de tempo adicional para realização das provas, conforme previsto no Decreto Federal n. 3.298, 20 de dezembro de 1999 e suas alterações.

6.3 Serão consideradas pessoas com deficiência as que se enquadram nas condições mencionadas no Decreto Federal n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e suas alterações e na Súmula n. 377-STJ, de 22 de abril de 2009.

6.4 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para a investidura no cargo para o qual pretende concorrer, conforme especificado no item 2 do presente Edital.

6.5 Na inexistência de candidatos com deficiência ou no caso de reprovação destes, as vagas serão preenchidas por candidatos da ampla concorrência, com estrita observância da ordem classificatória.

6.6 O candidato que em razão da deficiência necessitar de condições especiais para a realização das provas deverá observar as providências necessárias, especificadas no item 7 deste Edital.

6.7 Resguardadas as condições especiais previstas na Lei Federal n. 7.853, de 24 de outubro de 1989, regulamentada pelo Decreto Federal n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e suas alterações, o candidato que optar por concorrer como pessoa com deficiência participará do certame em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo, à avaliação, aos critérios de aprovação, à nota mínima exigida, ao local, ao horário e à data de realização da(s) prova(s).

6.8 Para concorrer a uma das vagas reservadas às pessoas com deficiência, o candidato deverá, no ato da inscrição:

a) declarar que é pessoa com deficiência de acordo com o Decreto Federal n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e suas alterações e/ou com a Súmula n. 377-STJ, de 22 de abril de 2009;

b) informar que deseja concorrer à vaga reservada;

c) assinalar o tipo de sua deficiência.

6.8.1 Realizada a inscrição, o candidato com deficiência que deseja concorrer à vaga reservada deverá:

a) imprimir no site <www.cs.ufg.br>, o laudo médico (Anexo I), que deverá ser preenchido pelo médico da área de sua deficiência;



b) entregar, até a data estabelecida no cronograma do concurso, o laudo médico original e, quando necessário, acompanhado dos exames especificados, dentro de um envelope identificado, na sede do Centro de Seleção da UFG, sito à Rua 226, Qd. 71, s./n., Setor Universitário, Goiânia-GO, CEP 74610-130, no horário de 8 às 17 horas, exceto aos sábados, domingos e feriados. O laudo médico poderá ser encaminhado também via SEDEX, às expensas do candidato, e somente serão considerados aqueles cuja postagem seja efetuada até a data estipulada.

6.8.1.1 O Centro de Seleção não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio de documentos que impeça a chegada a seu destino.

6.8.1.2 O candidato que não enviar o laudo original, conforme as exigências contidas neste Edital, e/ou não se enquadrar no disposto nos artigos 3º e 4º (e seus incisos) do Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e suas alterações e na Súmula n. 377-STJ, de 22 de abril de 2009, não poderá concorrer à vaga reservada e, conseqüentemente, concorrerá às vagas destinadas à ampla concorrência.

6.8.1.3 Caso o candidato não assinale o desejo de concorrer à vaga reservada às pessoas com deficiência e não cumpra os procedimentos descritos neste Edital, perderá o direito à vaga reservada a tal condição e, conseqüentemente, concorrerá à vaga da ampla concorrência.

6.8.1.4 Constará do cronograma que integra este Edital a data de divulgação do resultado preliminar e final dos candidatos que apresentaram a documentação exigida para concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência.

6.8.1.5 O candidato que solicitar concorrer às vagas reservadas e obtiver o resultado da entrega da documentação indeferido, e/ou não enviar o laudo médico original, conforme especificado neste Edital, não poderá usufruir desse direito e, conseqüentemente, passará a concorrer às vagas da ampla concorrência.

6.8.1.6 Os candidatos que optarem por concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência, cuja documentação entregue nos termos do subitem 6.8.1, for deferida, serão convocados, por meio de Edital, para a perícia médica que será realizada na Gerência da Junta Médica, da Diretoria de Saúde e Segurança do Servidor da SEMAD, para fins de comprovação da deficiência. Havendo necessidade, a Junta Médica será assessorada por profissionais da área da deficiência do candidato, disponibilizados pelo Centro de Seleção da UFG.

6.8.1.7 O Edital de convocação para perícia médica dos candidatos que optarem em concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência será publicado no site do concurso, na data estipulada no cronograma, não sendo encaminhada correspondência individualizada para o candidato acerca da convocação mencionada. Para a realização da perícia, o candidato deverá apresentar-se munido do documento original de identidade.

6.8.1.8 Constará do cronograma do concurso a data de divulgação do resultado preliminar e final da perícia médica dos candidatos que optarem por concorrer às vagas reservadas.

6.8.1.9 No caso do candidato não ser considerado pessoa com deficiência pela Junta Médica, de acordo com a legislação, ou não comparecer à perícia no dia e horário determinados, passará a concorrer às vagas da ampla concorrência.

6.8.1.10 Por ocasião da perícia médica, havendo necessidade, o médico responsável poderá solicitar ao candidato exame(s) complementar(es).

6.9 O candidato que necessitar de tempo adicional para a realização das provas deverá:

a) declarar que é pessoa com deficiência, de acordo com o Decreto Federal n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e suas alterações, que regulamenta a Lei Federal n. 7.853, de 24 de outubro de 1989, e com a Súmula n. 377-STJ, de 22 de abril de 2009;

b) assinalar o tipo de sua deficiência;

c) declarar, no ato da inscrição, que deseja realizar a prova com tempo adicional.

6.9.1 Realizada a inscrição, o candidato com deficiência que solicitar tempo adicional deverá seguir as mesmas orientações que constam nas alíneas “a” e “b” do subitem 6.8.1 deste Edital.

6.9.2 O Centro de Seleção divulgará de acordo com o cronograma do certame o resultado preliminar e final dos candidatos que apresentaram a documentação exigida para usufruir do tempo adicional durante a realização das provas.

6.9.3 O tempo adicional ao candidato com deficiência para a realização das provas será de **uma hora**.

6.9.4 O candidato que, em razão da deficiência, necessitar de tempo adicional de uma hora para fazer a prova deverá solicitar ao especialista da área de sua deficiência que expresse detalhadamente no laudo médico a justificativa para concessão dessa condição especial.

6.9.5 O candidato que não apresentar o laudo médico com a justificativa para concessão do tempo adicional ou entregar o laudo no qual o médico descrever que o candidato não necessita desse tempo terá o pedido indeferido.

6.9.6 O candidato com deficiência que, no ato da inscrição, dispensar a solicitação do tempo adicional, embora o médico prescreva no laudo a necessidade desse tempo, terá a sua vontade respeitada e realizará a prova em tempo normal.

6.9.7 O candidato que solicitar tempo adicional, mas obtiver o resultado da entrega da documentação indeferido, e/ou não enviar o laudo médico original, conforme especificado neste Edital, não poderá usufruir desse direito e, conseqüentemente, realizará as provas no tempo normal.

6.9.8 Os candidatos que usufruírem de tempo adicional serão convocados, por meio de Edital, para a perícia médica que será realizada na Gerência da Junta Médica, da Diretoria de Saúde e Segurança do Servidor da SEMAD, no período estipulado no cronograma, para fins de comprovação da deficiência e garantia legal do uso desse tempo. Para a realização da perícia, os candidatos deverão apresentar-se munidos do documento original de identidade.

6.9.9 O Edital de convocação para perícia médica dos candidatos que usufruíram de tempo adicional será publicado no site do concurso, na data estipulada no cronograma, não sendo encaminhada correspondência individualizada para o candidato acerca da convocação mencionada.

6.9.10 O resultado preliminar e final da perícia médica dos candidatos que usufruíram de tempo adicional será divulgada na data especificada no cronograma do concurso.

6.9.11 No caso do candidato ter usufruído de tempo adicional e não se enquadrar no disposto nos artigos 3º e 4º (e seus incisos) do Decreto Federal n. 3.298/1999 e suas alterações, bem como na Súmula n. 377-STJ, de 22 de abril de 2009, ou não comparecer à perícia, no dia e horário determinados, será eliminado do concurso.

6.9.12 Havendo necessidade, por ocasião da perícia, o médico responsável poderá solicitar ao candidato exames complementares.

6.10 O laudo médico deverá, obrigatoriamente, ser emitido em formulário próprio, conforme Anexo I, obedecendo às seguintes exigências:

a) constar o nome e o número do documento de identificação do candidato, especificado no subitem 8.1 deste Edital, nome, assinatura do médico especialista na área da deficiência do candidato e responsável pela emissão do laudo e número do seu registro no Conselho Regional de Medicina (CRM);



- b)** descrever a espécie e o grau ou o nível da deficiência, bem como a sua provável causa, com expressa referência ao código correspondente da classificação internacional de doenças (CID 10);
- c)** constar, quando for o caso, a necessidade de uso de órteses, próteses ou adaptações;
- d)** no caso de deficiente auditivo, o laudo médico deverá vir acompanhado do original do exame de audiometria BERA recente, realizado até 6 (seis) meses anteriores ao último dia das inscrições;
- e)** no caso de deficiente visual, o laudo médico deverá vir acompanhado do original do exame de acuidade visual em AO (ambos os olhos) e campo visual em AO (ambos os olhos), realizado até 6 (seis) meses anteriores ao último dia das inscrições;
- f)** no caso de deficiente mental, o laudo médico deverá vir acompanhado do original do Teste de Avaliação Cognitiva (intelectual), especificando o grau ou nível de funcionamento intelectual em relação à média, emitido por médico psiquiatra ou por psicólogo, realizado em até 6 (seis) meses anteriores ao último dia das inscrições.

6.10.1 O laudo médico terá validade somente para este concurso e não será devolvido, assim como não serão fornecidas cópias desse laudo.

6.10.2 Não serão aceitos outros tipos de laudos, pareceres, certificados ou documentos que atestem o enquadramento do candidato nos artigos 3º e 4º (e seus incisos) do Decreto Federal n. 3.298/1999 e suas alterações, bem como na Súmula n. 377-STJ, de 22 de abril de 2009. Esses documentos não serão analisados e o candidato terá automaticamente o resultado da documentação indeferido.

6.11 Adotar-se-ão todas as providências que se façam necessárias para permitir o fácil acesso de candidatos com deficiência aos locais de realização das provas, entretanto, será de responsabilidade daqueles, trazer os equipamentos e instrumentos imprescindíveis à feitura das provas, previamente autorizados pelo Centro de Seleção da UFG.

6.12 A classificação de candidatos que se declararem pessoas com deficiência obedecerá aos mesmos critérios adotados para os demais candidatos.

6.13 A publicação do resultado final do concurso público será feita em duas listas, a primeira, contendo a pontuação de todos os candidatos, incluindo a dos candidatos com deficiência, já a segunda conterà somente a pontuação destes últimos.

6.14 A concessão ao candidato do direito de tempo adicional e a opção do candidato, no ato da inscrição, de concorrer como deficiente não garante a sua nomeação como pessoa com deficiência, tendo em vista que o candidato terá a sua inscrição homologada, nesta condição, após a realização da perícia médica.

6.15 Nos casos em que a deficiência apresentada não se enquadrar dentre aquelas previstas na Lei Federal n. 7.853, de 24 de outubro de 1989, regulamentada pelo Decreto Federal n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e suas alterações, nem na Súmula n. 377-STJ, de 22 de abril de 2009, o candidato passará a concorrer às vagas da ampla concorrência.

6.16 A compatibilidade entre as atribuições do cargo e a deficiência apresentada será avaliada por Equipe Multiprofissional durante o Estágio Probatório, conforme § 2º do art. 43 do Decreto Federal nº. 3.298/99 e suas alterações.

6.17 O candidato com deficiência, reprovado no decorrer do Estágio Probatório, em razão da incompatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo será exonerado.

7. DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

7.1 O candidato com deficiência ou o candidato com transtornos globais de desenvolvimento ou com transtornos funcionais ou temporariamente acometido por problema de saúde que desejar condição especial para realizar a prova, tais como leitor de prova, prova ampliada, leitor de tela, aplicador para preencher o cartão-resposta e a folha de texto definitivo da Prova Discursiva, mobília especial para fazer a prova, excluindo-se o atendimento domiciliar e hospitalar, deverá proceder de acordo com o especificado a seguir:

a) preencher, no ato da inscrição, o requerimento de condições especiais oferecidas para realização das provas e imprimi-lo;

b) entregar o requerimento impresso, mencionado na alínea “a”, acompanhado do laudo médico (Anexo I), no caso de candidato com deficiência, ou do atestado médico original nas demais situações, dentro de um envelope identificado, na sede do Centro de Seleção da UFG, sito à Rua 226, Qd. 71, s./n., Setor Universitário, Goiânia-GO, CEP 74610-130, no horário de 8 às 17 horas, exceto aos sábados, domingos e feriados. O requerimento poderá ser encaminhado também via SEDEX, às expensas do candidato, e somente serão considerados aqueles cuja postagem for efetuada até a data mencionada no cronograma do concurso.

7.2 O candidato que apresentar algum comprometimento de saúde (recém-acidentado, operado, acometido por alguma doença) após o último dia das inscrições, deverá imprimir e preencher o formulário de condições especiais, disponível em PDF no site, e entregá-lo no Centro de Seleção da UFG, dentro de um envelope identificado, até o penúltimo dia útil que antecede a realização das provas.

7.3 A candidata lactante, que tiver necessidade de amamentar no horário de realização das provas, deverá preencher on-line o requerimento de condições especiais, no período de inscrição, e entregá-lo, em dia úteis, dentro de um envelope identificado, no Centro de Seleção da UFG sito à Rua 226, Qd. 71, s./n., Setor Universitário, Goiânia-GO, CEP 74610-130, até o dia que consta do cronograma do concurso. O requerimento poderá ser encaminhado também via SEDEX, às expensas da candidata. Após essa data, a candidata deverá acessar o site do concurso, imprimir e preencher o formulário (em PDF) e entregá-lo no Centro de Seleção da UFG, até o penúltimo dia útil que antecede a data da prova. Após esse dia, os pedidos de condição especial não serão aceitos.

7.4 A candidata lactante que tiver necessidade de amamentar deverá anexar, ao requerimento, cópia do Documento de Identificação, de acordo com o subitem 8.1 deste Edital, do acompanhante que ficará responsável pela guarda da criança durante a realização das provas.

7.5 O acompanhante responsável pela guarda da criança somente terá acesso ao local das provas mediante apresentação do original do documento de identificação.

7.6 A candidata que não levar acompanhante não poderá realizar as provas.

7.7 A solicitação de condições especiais será atendida mediante análise prévia do grau de necessidade, segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.

7.8 Será considerado, para efeito de resposta ao pedido de condição especial para realização das provas, o requerimento cuja data for a mais recente, e os outros serão cancelados automaticamente.

7.9 A omissão do candidato de solicitar condições especiais implicará a realização das provas em igualdade de condições com os demais candidatos, não sendo concedido qualquer atendimento especial no dia da prova.

7.10 Serão liminarmente indeferidos os pedidos de tempo adicional e de concorrer à vaga reservada à pessoa com deficiência feitos por meio de Requerimento de Condições Especiais, tendo em vista que essas solicitações deverão ser feitas no ato da inscrição, conforme item 6 deste Edital.



7.11 O resultado da solicitação de condições especiais para os candidatos que fizeram a solicitação on-line até o último dia das inscrições será divulgado no site do concurso, exclusivamente ao candidato, conforme a data mencionada no cronograma do certame. Os demais candidatos obterão a resposta diretamente no Centro de Seleção da UFG.

8. DOS DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO

8.1 SERÃO CONSIDERADOS DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO NESTE CONCURSO, para inscrição e acesso aos locais de prova, os documentos de identificação expedidos pelas Secretarias de Segurança Pública, pela Diretoria Geral da Polícia Civil, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar e pela Polícia Federal, bem como o passaporte e as carteiras expedidas por ordens, conselhos ou ministérios que, por lei federal, são considerados documentos de identidade, os quais deverão conter, em local apropriado e com visibilidade, impressão digital, de forma a permitir a comparação da IMPRESSÃO DIGITAL colhida durante a realização do concurso.

8.2 Excepcionalmente, os candidatos que apresentarem documentos de identificação relacionados no subitem 8.1 do Edital, que não disponham de impressão digital, ficam cientes de que estarão sujeitos à identificação especial, compreendendo coleta de dados, de assinatura e de impressão digital em formulário próprio.

8.3 Não serão aceitas cópias de nenhum documento, ainda que autenticadas por cartório.

8.4 O documento deverá estar dentro do prazo de validade, quando for o caso, e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

8.5 NÃO SERÃO ACEITOS COMO DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO: a carteira nacional de habilitação (CNH), a certidão de nascimento, a certidão de casamento, o título de eleitor, o Cadastro de Pessoa Física (CPF), a carteira de estudante e o certificado de alistamento ou de reservista ou quaisquer outros documentos (como crachás, identidade funcional etc.) diferente dos especificados no subitem 8.1 deste Edital.

8.6 NÃO serão aceitos documentos ilegíveis ou danificados, nem aqueles onde se possa ler: “Não Alfabetizado” ou “Infantil”.

8.7 Caso o candidato não apresente o documento de identificação original por motivo de furto, roubo ou perda deverá apresentar um dos seguintes documentos emitidos com prazo máximo de 30 (trinta) dias anteriores à data da realização da prova:

a) documento que ateste o registro de ocorrência em órgão policial; ou

b) declaração de furto, roubo ou perda, feita de próprio punho, com reconhecimento da assinatura registrada em cartório; ou declaração de perda ou furto de documento, preenchida via internet no site <www.policiacivil.go.gov.br>, no *link* Delegacia Virtual.

8.8 Caso o furto, ou roubo ou perda, tenha ocorrido no dia da prova, a declaração de perda ou furto poderá ser feita de próprio punho na presença do Supervisor, dos Coordenadores e do Policial Federal que estiverem presentes no local de provas.

8.9 No dia de realização das provas, o candidato que apresentar algum dos documentos citados nos subitens 8.7 e 8.8 deste Edital será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados, de assinatura e de impressão digital em formulário próprio.

8.10 A identificação especial poderá ser exigida também ao candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador.

9. DAS PROVAS

9.1 O concurso será realizado em duas etapas distintas, por meio de Prova Objetiva e Prova Discursiva.

9.2 Os programas das provas constam do Anexo II do Edital.

9.2.1 As doutrinas e as jurisprudências acerca das matérias constantes deste Edital poderão ser objeto das questões objetivas e discursivas.

9.2.2 A legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste edital, bem como as alterações em dispositivos legais e normativos a ele posteriores, não serão objeto de avaliação deste concurso.

9.3 Prova Objetiva

9.3.1 A Prova Objetiva será do tipo múltipla escolha com 4 (quatro) alternativas (A, B, C, D), das quais apenas uma é a correta, valendo 1 (um) ponto cada questão.

9.3.2 A Prova Objetiva será constituída de 70 (setenta) questões, tendo caráter eliminatório e classificatório e versará sobre as disciplinas que constam do quadro 1.

9.3.3 As disciplinas das provas, a quantidade de questões, o valor total da prova e a nota mínima para classificação e a nota máxima são apresentados no quadro 1, a seguir.

Quadro 1

| PROVA OBJETIVA | | | |
|--|------------------------|-------------|-------------|
| Disciplinas | Quantidade de questões | Nota Mínima | Nota Máxima |
| Direito Administrativo e Previdenciário | 09 | 35 pontos | 70 pontos |
| Direito Civil | 05 | | |
| Direito Constitucional | 09 | | |
| Direito Eleitoral | 02 | | |
| Processo Eletrônico | 02 | | |
| Direito do Trabalho e Processual do Trabalho | 06 | | |
| Direito Financeiro e Tributário | 09 | | |
| Direito Imobiliário | 02 | | |
| Direito Processual Civil | 09 | | |
| Direito Urbanístico e Ambiental | 05 | | |
| Geografia, História e Conhecimentos Gerais de Goiânia e do Estado de Goiás | 03 | | |
| Legislação Municipal | 09 | | |
| TOTAL | 70 | | |

9.3.4 A correção das questões da Prova Objetiva será feita por meio eletrônico, sendo eliminado o candidato que obtiver nota inferior a 35 pontos.

9.3.5 O resultado da Prova Objetiva será a soma dos pontos obtidos em cada questão.

9.3.6 Serão convocados para a realização da Prova Discursiva os primeiros 228 (duzentos e vinte oito) candidatos da ampla concorrência e os primeiros 12 (doze) das vagas reservadas às pessoas com deficiência que obtiverem pontuação igual ou superior ao mínimo exigido na Prova Objetiva, conforme consta do quadro do subitem 9.3.3 deste Edital, e classificados em ordem decrescente dos pontos obtidos. Na ocorrência de empate no último lugar, serão convocados todos os candidatos dessa posição, ainda que seja ultrapassado o limite estabelecido.

9.3.7 O Boletim de Desempenho do candidato relativo à Prova Objetiva, com as notas obtidas em cada disciplina, poderá ser retirado, exclusivamente via internet, no site <www.cs.ufg.br>, na mesma data de divulgação do resultado preliminar dessa prova.

9.4 Prova Discursiva

9.4.1 A prova discursiva terá caráter classificatório e eliminatório.

9.4.2 Esta prova será composta de 4 (quatro) questões, valendo 10 pontos cada e uma peça jurídica, também com valor de 10 pontos, em conformidade com o disposto no quadro 2, a seguir.

Quadro 2

| PROVA DISCURSIVA | | | |
|---|--|--------------------|--------------------|
| Disciplinas | Modalidade | Nota Mínima | Nota Máxima |
| Direito Administrativo e Previdenciário | Elaboração de parecer ou petição ou defesa ou recurso ou solução de caso de cunho jurídico e resposta a 4 (quatro) Questões Discursivas. | 60 pontos | 120 pontos |
| Direito Civil e Processual Civil | | | |
| Direito Constitucional | | | |
| Direito Financeiro e Tributário | | | |
| Direito Urbanístico e Ambiental. | | | |

9.4.2.1 Para o resultado dessa prova, cada questão terá peso 2 e a peça jurídica peso 4. As questões e as peças abordarão os objetos de avaliação, conforme conteúdo programático constante do Anexo II, perfazendo a prova valor total de 120 pontos.

9.4.2.2 Será eliminado do concurso público o candidato que não atingir a pontuação mínima de 60 pontos na Prova Discursiva, após aplicados os pesos conforme consta do subitem anterior deste Edital.

9.4.2.3 Para fins de elaboração da peça jurídica, e para resposta das questões discursivas, poderá ser exigido conhecimento em Direito Processual por todas as bancas examinadoras.

9.4.3 Essas questões e a peça jurídica têm o objetivo de avaliar o conteúdo – conhecimento do tema, a capacidade de expressão na modalidade escrita e o uso das normas do registro formal culto da Língua Portuguesa e serão avaliadas conforme os seguintes critérios que constam do quadro 3, a seguir.

Quadro 3

| PROVA DISCURSIVA | |
|---|--------|
| CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE CADA QUESTÃO E DA PEÇA JURÍDICA | PONTOS |
| Domínio do conteúdo e fundamentação adequada (DC). | 8 |
| Domínio da modalidade escrita (DE) – ortografia, morfossintaxe e propriedade vocabular. | 2 |

9.4.4 A nota relativa ao domínio do conteúdo (DC) será limitada ao valor máximo de 8 (oito) pontos.

9.4.5 O domínio da modalidade escrita (DE) totalizará o número de erros do candidato, considerando-se aspectos tais como: ortografia, morfossintaxe e propriedade vocabular.

9.4.5.1 A avaliação do domínio da modalidade escrita terá como base o desconto de um décimo para cada erro.

9.4.6 A prova discursiva será anulada para o candidato que não devolver o caderno de texto definitivo.

9.4.7 O candidato deverá produzir as respostas às questões discursivas com, no mínimo, 20 (vinte) linhas e no máximo 30 (trinta) para cada uma das questões.

9.4.8 O candidato deverá utilizar, para peça jurídica, no mínimo 35 (trinta e cinco) e no máximo 50 (cinquenta) linhas.

9.4.9 O Boletim de Desempenho do candidato relativo à Prova Discursiva, com as notas obtidas em cada questão ou na peça jurídica, poderá ser retirado, exclusivamente via internet, no site <www.cs.ufg.br>, na mesma data de divulgação do resultado preliminar dessa prova.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA

10.1 Disposições Gerais

10.1.1 A distribuição dos candidatos nos locais de realização das provas será feita a critério do Centro de Seleção da UFG, conforme disponibilidade e capacidade dos locais.

10.1.2 As provas (objetiva e discursiva) do concurso serão realizadas na cidade de Goiânia-GO, em dias distintos e de acordo com as datas estipuladas no cronograma do concurso.

10.1.3 O local com o respectivo endereço de realização de cada prova será divulgado no site <www.cs.ufg.br>, conforme as datas determinadas no cronograma do concurso, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta desse local, bem como o comparecimento no horário determinado, não sendo enviada para o endereço do candidato correspondência individualizada.

10.1.4 O candidato deverá comparecer ao local de realização das provas com 60 (sessenta) minutos de antecedência do horário estipulado para início da prova. Deverá portar o original de um dos documentos de identificação (obrigatório), citados no subitem 8.1 deste Edital, e caneta esferográfica de tinta na cor preta ou azul fabricada em material transparente.

10.1.5 Para garantia da lisura do concurso, poderá ser colhida, como forma de identificação, a impressão digital dos candidatos no dia da realização das provas.



10.1.6 Os portões dos prédios onde elas serão realizadas serão abertos às 12 horas e fechados, pontualmente, às 13 horas.

10.1.7 O candidato que chegar ao prédio após o horário de fechamento dos portões não poderá entrar, ficando, automaticamente, eliminado do concurso.

10.1.8 No horário reservado às provas estão incluídos o tempo destinado à coleta de impressão digital, caso ocorra, e a transcrição das respostas para o cartão-resposta da Prova Objetiva e das folhas de textos definitivos da Prova Discursiva.

10.1.9 Não haverá, sob pretexto algum, segunda chamada, nem aplicação de provas fora da data, do horário ou dos locais predeterminados pelo Centro de Seleção da UFG.

10.1.10 Os casos de alterações psicológicas e/ou fisiológicas permanentes ou temporárias (gravidez, estados menstruais, indisposições, câimbras, contusões, crises reumáticas, luxações, fraturas, crises de labirintite e outros) e casos de alterações climáticas (calor intenso, temporais e outros), que diminuam ou limitem a capacidade física dos candidatos de realizarem as provas e terem acesso ao local, não serão levados em consideração, não sendo concedido qualquer tratamento privilegiado, respeitando-se o princípio da isonomia.

10.1.11 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas, em razão do afastamento do candidato do local de realização.

10.1.12 Por motivo de segurança, serão adotados os seguintes procedimentos para a realização das provas deste concurso:

a) NÃO SERÁ PERMITIDO O INGRESSO nos locais de prova de candidatos portando qualquer tipo de arma, salvo os casos previstos em lei;

b) NÃO SERÁ PERMITIDO O USO OU O PORTE DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS após o início da prova, tais como: RELÓGIO DE QUALQUER ESPÉCIE, telefone celular, MP3, MP4 e similares, agenda eletrônica, notebook e similares, palmtop, pager, tablet, Ipod e similares, receptor, gravador, máquina fotográfica, calculadora, filmadora, controles de alarme de carros, dispositivos portáteis de armazenamento de dados, como pen drives e similares etc. O uso desses objetos dentro do prédio, após o início da prova, acarretará ao candidato a eliminação do certame;

c) SERÁ ENTREGUE AO CANDIDATO, ANTES DE ENTRAR EM SALA, UMA EMBALAGEM NA QUAL DEVERÁ COLOCAR TODOS DISPOSITIVOS ELETRÔNICOS QUE POSSUIR. Esses dispositivos deverão estar desligados e, preferencialmente, com sua bateria retirada. Poderá haver monitoramento de sinais eletrônicos dentro das salas e o candidato que estiver com algum equipamento de comunicação ligado, será eliminado do certame. A embalagem com os equipamentos deve ser lacrada e identificada pelo candidato, que a manterá embaixo da carteira de prova e somente poderá ser aberta pelo candidato fora do prédio, após o término da prova;

d) NÃO SERÃO PERMITIDAS, durante a realização das provas, a comunicação verbal, gestual, escrita etc. entre candidatos, bem como o uso de: corretivos, livros, anotações, impressos, calculadoras ou similares, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria (chapéu, capacete, boné, gorro) ou outros materiais similares. Somente será permitida a consulta à legislação mencionada nos subitens 10.3.9 e 10.3.10 deste Edital e permitido o uso de caneta de tinta preta ou azul fabricada em material transparente, sob pena de arcar com os prejuízos advindos do descumprimento dessas determinações;

e) iniciada a prova, nenhum candidato poderá se retirar do ambiente de realização, antes da liberação autorizada pelo coordenador local de prova, após terem decorridas 3 (três) horas do início da Prova Objetiva e 4 (quatro) horas do início da Prova Discursiva;



f) os três últimos candidatos, ao terminarem a prova, deverão permanecer juntos no recinto, sendo liberados somente após a entrega do material utilizado por eles, tendo seus nomes registrados em Relatório de Sala e nele apondo suas respectivas assinaturas;

g) ao terminar a prova, o candidato entregará, obrigatoriamente, ao aplicador de provas, de acordo com a etapa à qual foi submetido, o cartão-resposta da Prova Objetiva e o caderno de respostas definitivo da Prova Discursiva.

10.1.13 O Centro de Seleção da UFG não se responsabilizará pela guarda de quaisquer materiais dos candidatos, não dispendo de guarda-volume nos locais de realização da prova.

10.1.14 O Centro de Seleção da UFG recomenda aos candidatos que não levem nenhum dos objetos não permitidos, citados neste Edital, no dia de realização da prova, pois o uso desses objetos, contrariando as normas dispostas neste Edital, poderá acarretar a eliminação do candidato do certame.

10.1.15 Em caso do candidato estar usando, no momento da prova, algum dos objetos não permitidos, descritos na alínea “b” do subitem 10.1.12 do Edital, que não esteja dentro da embalagem destinada à guarda deles, o aplicador de prova e o supervisor farão o registro do fato em relatório de sala e de prédio. Posteriormente, o Centro de Seleção da UFG, em momento oportuno, promoverá a eliminação do candidato do certame, de acordo com a alínea “g” do subitem 14.1 deste Edital. O Centro de Seleção se reserva o direito de, em caso de posse dos objetos descritos na alínea “b” do subitem 10.1.12 fora da embalagem fornecida para guarda, não comunicar ao candidato, no local de prova, a sua eliminação, a fim de garantir a tranquilidade e a organização durante a realização das provas.

10.1.16 Em caso de violação das normas descritas na alínea “d” do subitem 10.1.12 deste Edital, o aplicador de prova comunicará o fato ao supervisor e ao policial federal, presente no local. O fato será lavrado em Relatório de Sala pelo aplicador de prova e no relatório do supervisor e, posteriormente, comunicado ao Centro de Seleção da UFG que, em momento oportuno, promoverá a eliminação do candidato do certame, de acordo com a alínea “f” do subitem 14.1 deste Edital.

10.1.17 No dia de realização das provas, o Centro de Seleção poderá submeter os candidatos ao sistema de detecção de metal nas salas, corredores e banheiros, a fim de impedir a prática de fraude e de verificar se o candidato está portando material não permitido.

10.1.18 No dia de realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação, informações referentes ao seu conteúdo e/ou aos critérios de avaliação e classificação.

10.1.19 Não será permitida a permanência de acompanhante nos locais de prova (exceto para condição especial prevista neste Edital), assim como a permanência de candidato no interior dos prédios após o término das provas.

10.2 Disposições Específicas da Prova Objetiva

10.2.1 A Prova Objetiva terá duração de 4 (quatro) horas.

10.2.2 O candidato deverá assinalar suas respostas no cartão-resposta da Prova Objetiva com caneta esferográfica de tinta na cor preta ou azul, fabricada em material transparente, preenchendo integralmente apenas um alvéolo por questão, deixando os demais alvéolos sem quaisquer marcações.

10.2.3 O candidato que marcar o cartão-resposta da Prova Objetiva com emenda ou rasura, ou fizer mais de uma marcação, ainda que legível, ou não preencher o campo de marcação corretamente ou não marcar a questão no cartão-resposta, terá pontuação zero na questão.

10.2.4 Não será permitido o uso de qualquer tipo de corretivo no cartão-resposta, tampouco haverá substituição do cartão-resposta por causa de erro no seu preenchimento.

10.2.5 O candidato é responsável pela conferência de seus dados pessoais, em especial de seu nome, de seu número de inscrição, do número de seu documento de identidade, os quais constam no cartão-resposta e na ficha de identificação.

10.2.6 É de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido do cartão-resposta.

10.2.7 O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar o seu cartão-resposta, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização da leitura óptica.

10.2.8 Será atribuída nota zero ao candidato que levar consigo o cartão-resposta ao retirar-se da sala de prova.

10.3 Disposições Específicas da Prova Discursiva

10.3.1 A Prova Discursiva terá duração de 5 (cinco) horas.

10.3.2 A Prova Discursiva deverá ser manuscrita, em letra legível, escrita com caneta esferográfica de tinta na cor preta ou azul, fabricada em material transparente, não sendo permitida a interferência ou a participação de outra(s) pessoa(s), salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especial para a realização da prova. Nesse caso, o candidato será acompanhado por aplicador de prova do Centro de Seleção da UFG, devidamente treinado, para o qual deverá ditar os textos, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais gráficos de pontuação.

10.3.3 As folhas de textos definitivos da Prova Discursiva não poderão ser assinadas, rubricadas, nem conter em outro local que não o apropriado, marcas ou sinais, pois serão despersonalizadas antes da correção. Para a banca corretora, o candidato será anônimo. Qualquer símbolo, sinal, desenho, recado, orações ou mensagens, inclusive religiosas, nome, apelido, pseudônimo ou rubrica, títulos de respostas às questões sem a devida solicitação, colocados na folha de texto definitivo da prova serão considerados elementos de identificação do candidato. Apresentando qualquer um destes elementos, a prova será desconsiderada, não corrigida e atribuir-se-lhe-á pontuação zero.

10.3.3.1. A presença de título no texto só é permitida quando expressamente requerido. A linha em que o título for escrito é contada para todos os efeitos. Não é apenado o emprego de letras maiúsculas — ainda que todas — no título.

10.3.3.2. É vedado o emprego de letra minúscula na primeira palavra do título e/ou o emprego aleatório de letras maiúsculas e minúsculas no decorrer do texto.

10.3.4 Questões respondidas em local inadequado, ou seja, fora do espaço destinado a cada questão, mesmo que identificadas a troca, e respostas a lápis NÃO serão corrigidas e terão pontuação zero.

10.3.5 Em casos de fuga ao que for proposto na questão ou na peça ou de não haver texto o candidato receberá nota zero na Prova.

10.3.6 Será eliminado do certame o candidato que apresentar textos padronizados, quanto à estrutura, o desenvolvimento do tema, a sequência e o vocabulário comuns a outros candidatos.

10.3.7 As folhas de texto definitivo serão os únicos documentos válidos para avaliação da prova discursiva. As folhas para rascunho no caderno de prova serão de preenchimento facultativo e não valerão para tal finalidade.

10.3.8 As folhas de texto definitivo não serão substituídas por erro de preenchimento do candidato.

10.3.9 No dia de realização da Prova Discursiva será permitida a consulta à legislação, desde que os textos estejam **DESACOMPANHADOS** de anotações, comentários, exposição de motivos, transcrições e



orientações jurisprudenciais, súmulas ou resoluções dos tribunais, devendo os candidatos trazerem os textos de consulta com as partes não permitidas já isoladas, por grampo ou fita adesiva, de modo a impedir sua utilização, sob pena de, em caso de uso desses materiais, ser eliminado do certame.

10.3.10 O material de consulta pode apresentar grifos (sublinhados), marcas feitas com pincel/caneta “marca textos”, *post-it* (pequeno papel com adesivo em seu verso) desacompanhados de comentários, comparações, anotação, ou símbolos, que possam ser caracterizados como anotações não permitidas. Em resumo, é permitida a consulta de Legislação Seca, podendo o candidato levar seus Códigos (ou *Vade Mecum*), sem remissão doutrinária, jurisprudência, informativos dos tribunais ou quaisquer comentários, anotações, remissões ou similares ou folhas avulsas desde que atenda ao disposto no subitem 10.3.9 do Edital.

10.3.11 Todo material utilizado pelos candidatos, a título de consulta, será rigorosamente submetido à inspeção, no início e durante a realização das provas, pelo aplicador de prova ou membro da Coordenação ou da Comissão de Concurso Público.

10.3.12 É proibida a utilização, para consulta, de meios eletrônicos, tais como: e-book, tablet, kindler, e-reader e similares ou qualquer outro meio em formato eletrônico.

10.3.13 O candidato é responsável pela conferência de seus dados pessoais, em especial de seu nome, de seu número de inscrição, do número de seu documento de identidade, os quais constam do caderno de resposta definitivo e da ficha de identificação.

11. DA CLASSIFICAÇÃO, DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE E DO RESULTADO FINAL

11.1 O resultado da Prova Objetiva será a soma dos pontos obtidos em cada questão.

11.2 A Prova Objetiva será eliminatória e classificatória, sendo eliminado do concurso público o candidato que não atingir a pontuação mínima de 35 pontos e a posição estabelecida no subitem 9.3.6 deste Edital.

11.3 A Prova Discursiva será eliminatória e classificatória, sendo eliminado do concurso público o candidato que não atingir a pontuação mínima de 60 pontos no resultado dessa prova.

11.4 A nota final dos candidatos será a soma dos pontos obtidos na Prova Objetiva e Prova Discursiva.

11.5 Os candidatos serão classificados em ordem decrescente das pontuações finais obtidas neste concurso público.

11.6 Em caso de empate, para efeito de classificação final, terá preferência o candidato com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, na forma do disposto no parágrafo único do Artigo 27 da Lei Federal n. 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso).

11.7 Persistindo o empate, prevalecerão os seguintes critérios, sucessivamente:

- a) maior nota no total de pontos da Prova Discursiva;
- b) maior nota na peça jurídica da Prova Discursiva;
- c) maior nota no total de pontos da Prova Objetiva;
- d) maior idade.

11.8 O candidato inscrito como deficiente, nos termos do item 6 deste Edital, se aprovado e classificado, terá seu nome publicado em uma relação à parte, observada a respectiva ordem de classificação.

11.9 O Resultado Final constará dos candidatos classificados dentro do número de vagas ofertadas no Certame e dos classificados no Cadastro de Reserva de acordo com o subitem 11.10 deste Edital. Os demais candidatos serão eliminados do Certame.

11.10 Além das vagas ofertadas, conforme subitem 2.1.2 do Edital, será formado um Cadastro de Reserva de 80 candidatos, posicionados entre o 39º e o 114º classificado da ampla concorrência e entre o 3º e o 6º classificado das vagas reservadas às pessoas com deficiência, observados os critérios de desempate constante dos subitens 11.6 e 11.7, para preenchimento daquelas que surgirem durante o prazo de validade do concurso.

11.10.1 Na ocorrência de empate no último lugar, serão classificados todos os candidatos que obtiverem a mesma pontuação desse lugar, ainda que seja ultrapassado o limite estabelecido no subitem anterior.

11.11 O candidato classificado dentro do número de vagas fixado neste Edital terá direito subjetivo à nomeação, desde que preencha todos os requisitos para a nomeação.

11.12 Os candidatos relacionados no cadastro de reserva aprovados e classificados até o limite especificado no subitem 11.10 poderão ser convocados para nomeação observando-se o interesse da Administração Municipal.

11.13 A ordem de convocação dos candidatos aprovados obedecerá a ordem de classificação.

11.14 O candidato aprovado e classificado será convocado para nomeação, até o limite do prazo de validade do concurso, observando-se o exclusivo interesse da Administração Municipal.

11.15 Todos os cálculos citados neste Edital serão considerados até a segunda casa decimal, arredondando-se para o número imediatamente superior se o algarismo da terceira casa decimal for igual ou superior a cinco.

12. DOS RESULTADOS PREVISTOS NO CRONOGRAMA

12.1 Estão previstos os seguintes resultados/atos, cujas datas de divulgação constam do cronograma do concurso:

- a)** publicação do Edital e seus anexos;
- b)** resultado da isenção do pagamento da taxa de inscrição (preliminar e final);
- c)** homologação das inscrições;
- d)** resultado da entrega da documentação das pessoas com deficiência que optaram em concorrer como deficiente e/ou solicitaram direito ao tempo adicional (preliminar e final);
- e)** resultado dos requerimentos de condições especiais;
- f)** gabarito preliminar (preliminar e oficial);
- g)** resultado da Prova Objetiva (preliminar e final);
- h)** respostas esperadas da Prova Discursiva (preliminar e oficial);
- i)** resultado da Prova Discursiva (preliminar e final);
- j)** resultado da perícia médica (preliminar e final);
- k)** resultado do concurso (preliminar e final).

12.2 Nos resultados das provas, constarão somente as notas dos candidatos que atingirem a nota mínima exigida nas provas do concurso. Os demais terão acesso às notas por meio do Boletim de Desempenho.

12.3 O resultado preliminar do concurso público será divulgado em ordem decrescente da pontuação obtida, com a respectiva classificação, e as pontuações obtidas em cada uma das provas.

12.4 Não terão acesso ao Boletim de Desempenho os candidatos que forem eliminados do concurso, em virtude da aplicação de quaisquer penalidades que constam do item 14 do Edital ou que possuam teor similar.

13. DOS RECURSOS E DA VISTA DE PROVA

13.1 Dos recursos

13.1.1 Será assegurado ao candidato o direito de interpor recurso contra:

- a)** o Edital e Anexos, Aditivos ou Aviso;
- b)** o resultado preliminar da isenção do pagamento da taxa de inscrição;
- c)** o resultado preliminar da entrega da documentação das pessoas com deficiência que optaram em concorrer como deficiente e/ou solicitaram direito ao tempo adicional;
- d)** o resultado preliminar dos requerimentos de condições especiais;
- e)** o resultado da homologação da inscrição;
- f)** a aplicação da Prova Objetiva, o gabarito preliminar e/ou a formulação ou o conteúdo das questões da Prova Objetiva;
- g)** o resultado preliminar da Prova Objetiva;
- h)** a aplicação da Prova Discursiva, a resposta esperada e/ou a formulação das questões ou peça da Prova Discursiva;
- i)** o resultado preliminar da Prova Discursiva;
- j)** o resultado preliminar da Perícia Médica;
- k)** o resultado preliminar do Concurso Público.

13.1.2 O candidato poderá interpor recurso contra os resultados previstos no subitem 13.1.1 do Edital, somente via on-line, conforme as orientações contidas no site <www.cs.ufg.br>, a partir da 00h01min do dia de início constante do cronograma do concurso até as 23h59min da data final.

13.1.3 Fica também assegurado ao candidato que tiver a inscrição indeferida e aquele cuja situação de exclusão não conste em nenhum dos ATOS ou resultados publicados o direito de interposição de recurso. Nesse caso, o candidato deverá protocolar o recurso na sede do Centro de Seleção da UFG pessoalmente ou por meio de procurador, devidamente munido de instrumento procuratório público ou particular com firma reconhecida, munido do documento de identidade original e do comprovante original de pagamento.

13.1.4 O prazo para interposição de recursos será de 2 (dois) dias úteis.

13.1.5 Para apresentação de recurso, o candidato deverá:

- a)** fundamentar, argumentar com precisão lógica, consistência, concisão e instruir o recurso, devidamente, com material bibliográfico apropriado ao embasamento, quando for o caso, e com a indicação precisa daquilo em que se julgar prejudicado;
- b)** não se identificar no corpo do recurso contra o gabarito preliminar da Prova Objetiva, bem como contra a resposta esperada e o resultado preliminar da Prova Discursiva.

13.1.6 Será indeferido, liminarmente, o pedido de recurso inconsistente e/ou fora das especificações estabelecidas neste Edital.

13.1.7 Não serão aceitos recursos via fax, via e-mail, via postal.



13.1.8 Após o julgamento pela Banca Examinadora dos recursos interpostos, os pontos correspondentes às questões objetivas porventura anuladas serão atribuídos a todos os candidatos, indistintamente, que não os obtiveram na correção inicial.

13.1.9 Caso haja correção de alternativa no gabarito, os efeitos dela decorrentes serão aplicados a todos os candidatos. O processamento final dos acertos dar-se-á com base no gabarito oficial.

13.1.10 Não haverá recurso ou pedido de reconsideração da decisão proferida pela Banca Examinadora.

13.1.11 É vedado ao candidato entrevistar-se com os componentes da Banca Examinadora.

13.1.12 Na análise dos recursos interpostos, o Centro de Seleção da UFG determinará a realização de diligências que entender necessárias e, dando provimento, poderá, se for o caso, alterar o resultado.

13.1.13 A decisão dos recursos será disponibilizada exclusivamente ao interessado, conforme a data que consta do cronograma do certame. Para tomar conhecimento do inteiro teor do parecer, o interessado deverá acessar o site <www.cs.ufg.br> por meio do CPF fornecido na inscrição, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data do último dia de recebimento do recurso.

13.1.14 Todos os recursos serão analisados, e as justificativas das alterações/anulações de gabarito ou das repostas esperadas serão divulgadas no endereço eletrônico <www.cs.ufg.br> quando da divulgação do gabarito oficial. Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos.

13.2 Da visualização do cartão da Prova Objetiva e da vista da Prova Discursiva

13.2.1 O cartão-resposta da Prova Objetiva e a folha de texto definitivo serão disponibilizados via on-line ao candidato, por meio do número do CPF e de senha fornecidos na inscrição na data que consta do cronograma do concurso.

13.2.2 Os candidatos poderão realizar a vista on-line da folha de texto definitivo da Prova Discursiva por meio do número do CPF e de senha fornecidos na inscrição, exceto para os candidatos eliminados em qualquer uma das etapas do concurso, em virtude da aplicação de uma das penalidades que constam no item 14 deste Edital.

13.2.3 Na vista, o candidato terá acesso a uma cópia não editável da folha de texto definitivo por ele realizada. As questões serão corrigidas sem a identificação do candidato, usando para isso os mecanismos convencionais de correção de prova discursiva.

13.2.3.1 Cada questão é corrigida por dois corretores independentes, sendo verificada a consistência na avaliação e realizada as devidas providências de correção, quando há discrepância entre as notas. No ato da correção, os avaliadores não ficam sabendo qual a nota atribuída pelo outro corretor.

14. DAS PENALIDADES

14.1 Será excluído do concurso, ou não será nomeado para o cargo, o candidato que não cumprir o disposto neste Edital e que:

- a) alegar desconhecimento quanto à data, ao horário e ao local de realização da prova do concurso, divulgados nos termos deste Edital;
- b) faltar às provas ou chegar atrasado ao local de realização das provas (após o horário estabelecido);
- c) não apresentar um dos documentos de identificação especificados neste Edital;
- d) ausentar-se do recinto de aplicação de qualquer prova sem permissão;

- e) manter conduta incompatível com a condição de candidato ou ser descortês com qualquer um dos supervisores, coordenadores, aplicadores de prova e outros aplicadores ou servidores, bem como com autoridades e pessoas incumbidas da realização do concurso;
- f) for surpreendido durante a realização da prova em comunicação (verbal, escrita, eletrônica ou gestual) com outras pessoas, bem como estiver utilizando fontes de consulta não autorizadas (livros, anotações, impressos, calculadoras etc.), óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria (chapéu, boné, gorro, capacete etc.) ou outros materiais similares;
- g) for surpreendido, dentro do prédio de realização da prova, após o seu início com a embalagem violada ou aberta, na qual o celular ou o equipamento eletrônico forem guardados ou estiver usando durante o período de realização da prova qualquer tipo de arma salvo os casos previstos em lei, RELÓGIO DE QUALQUER ESPÉCIE, telefone celular, MP3, MP4 e similares, agenda eletrônica, notebook e similares, palmtop, pager, tablet, Ipod e similares, receptor, gravador, máquina fotográfica, calculadora, filmadora, controles de alarme de carros, dispositivos portáteis de armazenamento de dados, como pen drives e similares etc;
- h) recusar-se a retirar os óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria (chapéu, boné, gorro, capacete etc.) ou outros objetos similares;
- i) não entregar ao aplicador de prova o cartão-resposta da Prova Objetiva e/ou o caderno de resposta definitivo da Prova Discursiva;
- j) sair com anotações da sala antes do horário permitido;
- k) não permitir a coleta da impressão digital e/ou a filmagem como forma de identificação;
- l) ultrapassar o tempo limite previsto neste Edital para execução das provas;
- m) fazer declaração falsa ou inexata em qualquer documento;
- n) praticar atos que contrariem as normas do Edital;
- o) não atender às determinações contidas no presente Edital e em seus atos complementares.

14.2 Se, após a(s) prova(s), for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual ou grafológico, que o candidato se utilizou de processos ilícitos, sua prova será anulada, sendo automaticamente eliminado do concurso.

14.3 Fica assegurado aos candidatos excluídos após a aplicação das penalidades que constam no subitem 14.1 o direito à ampla defesa conforme mencionado no subitem 13.1.3 do Edital.

15. DA HOMOLOGAÇÃO

15.1 O Concurso Público será homologado pelo Secretário Municipal de Administração, cujo ato, acompanhado do Resultado Final contendo o nome dos candidatos aprovados e classificados em ordem decrescente da pontuação final obtida, em conformidade com o item 11 deste Edital, constará na íntegra no site <www.concursos.goiania.go.gov.br>, no Diário Oficial do Município e na sede da SEMAD.

15.1.1 O extrato contendo informações sobre a homologação será divulgado em um jornal de circulação local.

15.2 Serão nomeados, primeiramente, os candidatos aprovados dentro dos limites das vagas definidas para ampla concorrência e as pessoas com deficiência.



16. DA CONVOCAÇÃO

16.1 O candidato aprovado e classificado será convocado para posse no cargo por meio de Edital próprio, publicado, na íntegra, no Diário Oficial do Município e por extrato em jornal de circulação local. Também será convocado por via postal (Aviso de Recebimento - AR), no endereço informado no Formulário de Inscrição. A convocação estará disponível, ainda, no site <www.concursos.goiania.go.gov.br> e na sede da SEMAD sito à Av. do Cerrado nº 999, Bl. C, Park Lozandes, Paço Municipal, Goiânia - GO.

16.2 O candidato deverá manter atualizado seu endereço no site do Centro de Seleção da UFG <www.cs.ufg.br>, desde a inscrição até o Resultado Final do concurso. A partir desse resultado, o Centro de Seleção repassará à Secretaria Municipal de Administração os dados cadastrais do candidato que, se aprovado, deverá manter seu endereço atualizado, durante todo prazo de validade do Concurso Público, através do site <www.concursos.goiania.go.gov.br>, não lhe cabendo qualquer reclamação caso não seja possível a Prefeitura informá-lo da convocação por falta da citada atualização.

16.3 A Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura de Goiânia não se responsabilizará por eventuais prejuízos aos candidatos decorrentes de:

- a) correspondência devolvida pela Empresa Brasileira de Correio e Telégrafos (ECT);
- b) correspondência recebida por terceiros;
- c) endereço não atualizado.

16.4 O candidato convocado que, por qualquer motivo, não tomar posse no prazo estipulado será declarado sem efeito o ato de provimento, nos termos estabelecidos § 8º do art. 18 da Lei Complementar n. 11 de 11 de maio de 1992.

16.5 Nos casos de não comparecimento do candidato ou de desistência formal da convocação, prosseguir-se-á convocação dos candidatos habilitados, observada a ordem classificatória.

17. DA POSSE

17.1 O candidato tem o direito subjetivo à posse, devendo, para tanto, ser convocado, obedecendo à rigorosa ordem classificatória, condicionada à observância das disposições legais pertinentes e das vagas ofertadas.

17.2 Somente será empossado o candidato aprovado no Concurso Público, convocado e que:

- a) comparecer no prazo fixado no Edital de Convocação e apresentar as Certidões para nomeação nos termos do artigo 20-A da Lei Orgânica do Município, assim como **todos os documentos exigidos** especificados no Anexo III deste Edital;
- b) comprovar, na data da posse, que possui os requisitos exigidos para o cargo, inclusive o comprovante de escolaridade do curso de Direito devidamente reconhecido pelo órgão competente e inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB;
- c) ter reconhecida idoneidade moral, a ser comprovada no ato da posse por Atestado de bons antecedentes e Certidão Negativa do Cartório Distribuidor Criminal da Comarca do domicílio do candidato, obtidos respectivamente nas Secretarias de Segurança Pública e Justiça Federal e Estadual;
- d) tiver, no mínimo, a idade de 18 (dezoito) anos na data da posse;
- e) for brasileiro nato, naturalizado ou cidadão português, que tenha adquirido igualdade de direitos e obrigações civis e gozo de direitos políticos, conforme Decreto Federal n. 70.436, de 18 de abril de 1972 e a Constituição Federal § 1º, do art. 12, comprovado por documento oficial, fornecido pelo Ministério da Justiça. Nesta hipótese, não serão aceitos quaisquer protocolos de requerimento;



- f)** estiver quite com as obrigações eleitorais, para ambos os sexos e com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- g)** for considerado APTO em inspeção de saúde física e mental, através dos exames pré-admissionais, conforme exigência do art. 19, Parágrafo Único, da Lei Complementar n. 011/92 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Goiânia;
- h)** declarar, por escrito, se for titular de cargo ou função pública conforme exigência do art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal;
- i)** não ter sido demitido do Serviço Público nos últimos 05 (cinco) anos, conforme art. 162, da Lei Complementar n. 011/92 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Goiânia;
- j)** não ter sofrido sanção impeditiva do exercício de cargo/emprego público;
- k)** não ter sido condenado em processo criminal, por sentença transitada em julgado, pela prática de crimes contra a Administração Pública, capitulados no título XI da Parte Especial no Código Penal Brasileiro, na Lei Federal n 7.492, de 16 de junho de 1985, e na Lei Federal n. 8.429, de 2 de junho de 1992;
- l)** preencher os demais requisitos legais para ocupação do cargo a que concorreu, no cumprimento às disposições deste Edital.

17.3 A nomeação no cargo será precedida de convocação para entrega de certidões, que comprovem a não ocorrência das vedações previstas no artigo 20-A da Emenda à Lei Orgânica do Município n. 50, de 20 de junho de 2012, regulamentada pelo Decreto n. 1939, de 14 de agosto de 2012 e alterações posteriores. O prazo para entrega das certidões será de 30 (trinta) dias, contados da publicação do ato convocatório no Diário Oficial do Município.

17.4 A posse no cargo deverá ocorrer dentro de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de nomeação no Diário Oficial do Município. Havendo motivo justificável e a juízo da administração, este prazo poderá ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias, mediante requerimento do interessado, antes de findar o prazo inicial para posse.

17.4.1 No ato da posse, o candidato deverá apresentar os documentos, citados no Anexo III deste Edital para ingresso no cargo.

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 O prazo de validade do concurso público será de até 2 (dois) anos, contado a partir da data de homologação do certame, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período.

18.2 O prazo que trata o subitem anterior será contado da data em que a homologação do resultado final for publicada no Diário Oficial do Município.

18.3 A inscrição do candidato ao Concurso Público implica o conhecimento e a aceitação tácita das condições estabelecidas no presente Edital e das instruções específicas para o cargo, das quais não poderá alegar desconhecimento.

18.4 As disposições e instruções contidas na página da internet, nas capas dos cadernos de provas, nos Aditivos e avisos oficiais divulgados pelo Centro de Seleção no site <www.cs.ufg.br>, ou em qualquer outro veículo de comunicação, constituirão normas que passarão a integrar o presente Edital. As alterações, atualizações ou acréscimos feitos por meio de Aditivo serão publicadas no site mencionado e no Diário Oficial do Município.



18.5 A Secretaria Municipal de Administração de Goiânia e o Centro de Seleção da UFG não se responsabilizarão por quaisquer cursos, textos ou apostilas referentes a este Concurso Público, elaborados e/ou confeccionados por terceiros.

18.6 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar as divulgações e publicações de todos os Atos e Editais referentes a este Concurso Público, inclusive o Edital de Convocação para posse no cargo.

18.7 O candidato aprovado e classificado, ao entrar em exercício, fica sujeito a um período de estágio probatório, nos termos da legislação vigente, com o objetivo de apurar os requisitos necessários à sua confirmação no cargo para o qual foi nomeado.

18.8 Verificada, a qualquer tempo, a inscrição que não atenda a todos os requisitos fixados, esta será cancelada automaticamente.

18.9 Correrão por conta exclusiva do candidato quaisquer despesas com documentação, material, exames, viagem, alimentação, hospedagem e outras decorrentes de sua participação no Concurso Público.

18.10 Não será fornecido ao candidato qualquer documento comprobatório de classificação no Concurso Público, valendo para esse fim, a homologação do resultado final, que será publicada no Diário Oficial do Município.

18.11 Os casos omissos serão resolvidos pelo Secretário Municipal de Administração, pela Comissão de Concurso Público da Prefeitura de Goiânia e pelo Centro de Seleção da UFG.

18.12 Os documentos referentes ao concurso ficarão sob a guarda do Centro de Seleção da UFG até a publicação do resultado final do certame, sendo, após esse período, repassados ao Presidente da Comissão do Concurso via ofício.

18.13 É de responsabilidade exclusiva dos candidatos acompanhar, pelo site do Centro de Seleção da UFG <www.cs.ufg.br> todas as informações, etapas, comunicados, editais complementares etc., referentes ao certame.

18.14 Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Goiânia, 14 de setembro de 2015.

VALDI CAMARCIO BEZERRA
Secretário



CONCURSO PÚBLICO PARA PROCURADOR DO MUNICÍPIO – EDITAL Nº 001/2015

ANEXO I – LAUDO MÉDICO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

O candidato deverá ENTREGAR o original deste laudo, devidamente preenchido, até o 1º (primeiro) dia útil após o encerramento das inscrições, exceto sábados, domingos e feriados, no horário de 8 às 17 horas no Centro de Seleção/UFG Rua 226, Q. 71, s/n, Setor Universitário, CEP. 74610–130, Goiânia–GO.

O candidato poderá, ainda, ENVIAR, via SEDEX, às suas expensas, o original do laudo para o Centro de Seleção da UFG, sendo que, somente serão considerados aqueles cuja postagem seja efetuada até o 1º (primeiro) dia útil após o encerramento das inscrições.

Todos os dados solicitados no laudo deverão ser rigorosamente preenchidos. O não atendimento às solicitações poderá implicar em prejuízos ao candidato.

Antes de preencher este documento, recomenda-se a leitura do Edital do concurso, em especial a do item 6.

O(a) candidato(a) _____

inscrição n. _____, portador(a) do documento de identificação n. _____, CPF n. _____, telefone (s) _____,

concorrendo ao cargo de Procurador do Município, foi submetido(a) nesta data, a exame clínico sendo identificada a existência de deficiência de conformidade com o Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999 e suas alterações e com a súmula nº 377-STJ, de 22 de abril de 2009.

Assinale ou circule, a seguir, o tipo de deficiência do candidato:

I – DEFICIÊNCIA FÍSICA*

| | | |
|----------------|-----------------|--|
| 1. Paraplegia | 6. Tetraparesia | 11. Amputação ou Ausência de Membro |
| 2. Paraparesia | 7. Triplegia | 12. Paralisia Cerebral |
| 3. Monoplegia | 8. Triparesia | 13. Membros com Deformidade Congênita ou Adquirida |
| 4. Monoparesia | 9. Hemiplegia | 14. Ostomias |
| 5. Tetraplegia | 10. Hemiparesia | 15. Nanismo |

*Exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

II – DEFICIÊNCIA AUDITIVA: perda bilateral, parcial ou total de 41 decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma, nas frequências de 500 Hz, 1.000 Hz, 2.000 Hz e 3.000 Hz.

Para os candidatos com deficiência auditiva, o laudo deverá vir acompanhado do original do exame de audiometria BERA recente, realizado até 6 (seis) meses anteriores ao último dia das inscrições.

III – DEFICIÊNCIA VISUAL:

Cegueira – acuidade visual igual ou menor que 0,05 (20/400) no melhor olho, com a melhor correção óptica.

Baixa visão – acuidade visual entre 0,3 (20/66) e 0,05 (20/400) no melhor olho, com a melhor correção óptica.

Campo visual – em ambos os olhos forem iguais ou menores que 60°.



A ocorrência simultânea de quaisquer das situações anteriores.

Visão monocular.

Para os candidatos com deficiência visual, o laudo médico deverá vir acompanhado do original do exame de acuidade visual em ambos os olhos (AO), patologia e campo visual recente, realizado até 6 (seis) meses anteriores ao último dia das inscrições.

IV – DEFICIÊNCIA MENTAL: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos 18 anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

| | | | |
|--------------------|--|---------------------------|-------------|
| 1. Comunicação | 3. Habilidades sociais | 5. Saúde e segurança | 7. Lazer |
| 2. Cuidado pessoal | 4. Utilização dos recursos da comunidade | 6. Habilidades acadêmicas | 8. Trabalho |

Para os candidatos portadores de deficiência mental, o laudo médico deverá vir acompanhado do original do Teste de Avaliação Cognitiva (Intelectual), especificando o grau ou nível de funcionamento intelectual em relação à média, emitido por médico psiquiatra ou por psicólogo, realizado em até 6 (seis) meses anteriores ao último dia das inscrições.

V – DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA: associação de duas ou mais deficiências.

CÓDIGO INTERNACIONAL DE DOENÇAS (CID 10):

| |
|--|
| |
| |

DESCRIÇÃO DETALHADA DA DEFICIÊNCIA (o médico deverá descrever a espécie e o grau ou o nível da deficiência, bem como a sua provável causa, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças):

| |
|--|
| |
| |
| |
| |

TEMPO ADICIONAL (se, em razão da deficiência, o candidato necessitar de tempo adicional para fazer a prova, o especialista da área de sua deficiência deverá expressar claramente abaixo essa informação com a respectiva justificativa).

| |
|--|
| |
| |
| |
| |

O laudo que não apresentar a justificativa para concessão do tempo adicional ou aquele no qual o médico descrever que o candidato não necessita desse tempo terá o pedido indeferido.



**PREFEITURA
DE GOIÂNIA**

**PREFEITURA DE GOIÂNIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO**



OUTRAS SOLICITAÇÕES (se, em razão da deficiência, o candidato necessitar de PROVA AMPLIADA, LECTOR DE PROVA, INTÉRPRETE DE LIBRAS, ETC o médico deve declarar essa informação).

| |
|--|
| |
| |
| |
| |

_____ , ____ / ____ / ____
Local Data

Assinatura, carimbo e CRM do(a) médico(a)

Assinatura do(a) candidato(a)



CONCURSO PÚBLICO PARA PROCURADOR DO MUNICÍPIO – EDITAL N° 001/2015

ANEXO II - PROGRAMA DAS PROVAS

DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITO CONSTITUCIONAL: Constituição Federal de 1988 até a Emenda Constitucional nº 88, de 07 de maio de 2015; Atos das Disposições Constitucionais Transitórias; Súmulas STF; Constituição: conceito e conteúdo. Poder Constituinte Original e Derivado. Eficácia, aplicação e integração das normas constitucionais; Leis Complementares à Constituição; Controle de constitucionalidade das leis. Não cumprimento de leis inconstitucionais; Controle jurisdicional: sistema difuso e concentrado. Controle de Constitucionalidade das Leis Municipais; Ação Direta de Inconstitucionalidade; Ação Declaratória de Constitucionalidade; Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental; Direitos e garantias individuais; Remédios Constitucionais: Habeas Corpus, Mandado de Segurança, Ação Popular, Direito de Petição, Mandado de Injunção e Habeas Data; Separação de poderes; Delegação. Poder Legislativo: composição e atribuições. Poder Executivo: composição e atribuições. Poder Judiciário: composição e atribuições; Estado Federal: a União, os Estados, os Municípios, o Distrito Federal e os Territórios; Descentralização e Cooperação administrativa na Federação Brasileira: territórios federais, regiões de desenvolvimento, regiões metropolitanas; Princípios e normas referentes à Administração Direta e Indireta; Posição do Município na Federação Brasileira; Criação e Organização dos Municípios; Autonomia Municipal: Leis Orgânicas Municipais e Intervenção nos Municípios; Regime jurídico dos servidores públicos civis; Princípios constitucionais do orçamento. Bases e valores da ordem econômica e financeira. Ordem Social. Seguridade social; O Município e o direito à saúde, assistência social e educação; Advocacia pública. Intervenção; Repartição de Competência; Recursos Excepcionais.

DIREITO ADMINISTRATIVO E PREVIDENCIÁRIO

DIREITO ADMINISTRATIVO: Princípios Constitucionais do Direito Administrativo; Controle Interno e Externo da Administração Pública; Administração Pública: conceito, estrutura, poderes e deveres do administrador público; Responsabilidade dos Prefeitos Municipais; Administração Indireta: conceito; Autarquias, Associações Públicas, Empresas Públicas, Fundações Públicas e Sociedades de Economia Mista; Consórcio. Controle da Administração Indireta; Poderes administrativos; Ato administrativo: conceito, elementos, atributos, espécies; Discricionariedade e Vinculação; Abuso e desvio de poder. Ato administrativo punitivo; Ato administrativo: anulação, revisão e revogação; Controle jurisdicional; Procedimento Administrativo: conceito, princípios, pressupostos, objetivos; Contratos administrativos: conceito, espécies, disposições peculiares. Cláusulas necessárias. Inadimplemento. Rescisão. Anulação. Convênios. Licitação: natureza jurídica, finalidades, espécies. Dispensa e Inexigibilidade. Parceria Público-Privada. Serviço Público: conceito, classificação. Concessão, Permissão e Autorização; Agentes Públicos; Servidores Públicos: conceito, categorias, direitos e deveres; Cargo, Emprego e Função: normas constitucionais, provimento, vacância; Responsabilidades dos Agentes Públicos: civil, administrativa e criminal; Processo administrativo disciplinar; Regime Previdenciário do Servidor Público; Concurso



Público; Bens públicos: regime jurídico e classificação. Formas de utilização, Concessão, Permissão e Autorização de Uso; Desafetação e Alienação. Desapropriação: conceito. Desapropriação por utilidade pública, necessidade pública, interesse social. Indenização. Desapropriação Indireta; Limitações administrativas; Função social da propriedade. Responsabilidade Extracontratual do Estado; Responsabilidade pelos atos danosos praticados pelos agentes públicos; Responsabilidade pela omissão ou deficiência de serviço; Excludentes de responsabilidade; Responsabilidade Civil Pessoal dos Agentes Públicos; Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/92); Tombamento; Agências Reguladoras; Autarquias especiais; Fundações; Terceirização do serviço público; Ato Administrativo: Anulação, Revisão, Revogação e Convalidação; Lei nº 8666/1993 – Normas para Licitações e Contratos da Administração Pública.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO: Previdência Social na Constituição Federal. Noções gerais. Princípios. Regime Geral (Lei Federal nº.8.212/90 e Lei Federal nº 8.213/1991); Regime próprio de Previdência na Constituição Federal; Regras para organização e funcionamento dos Regimes Próprios (Lei nº 9.717/1998 e Lei nº.10887/2004); Compensação Previdenciária (Lei nº 9796/99); Constituição Federal de 1988, EC nº. 20/98, EC. nº.41/2003; EC. nº. 47/2005 e EC nº. 70/2012.

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL

DIREITO CIVIL: Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro; Direito Objetivo. Normas Jurídicas. Fontes de Direito. Vigência, Hierarquia, Revogação e Interpretação das Leis. Conflito Intertemporal e Interespacial de leis; Relações entre a Constituição e o Código Civil; As pessoas como sujeito da relação jurídica: conceito e classificação. Pessoas Naturais. Pessoas Jurídicas. Registro Civil. Domicílio e Residência; Os bens como objeto da relação jurídica. Bens, Patrimônio e Esfera Jurídica. diferentes classes de bem; Fatos Jurídicos. Negócio Jurídico. Atos Jurídicos Lícitos. Atos Ilícitos; Prescrição e Decadência; Prova; Obrigações. Modalidades das Obrigações. Transmissão das Obrigações. Adimplemento e Extinção das Obrigações. Inadimplemento das Obrigações. Obrigações por Atos Ilícitos; Contratos em geral. Várias espécies de contrato. Atos Unilaterais; Direito de Empresa. Empresário. Sociedade. Sociedades Personificadas e Não-Personificadas. Estabelecimento. Institutos Complementares. Direito das Coisas; Posse: conceito, noções, gerais e classificação. Teorias acerca da natureza jurídica da Posse. Aquisição e Perda. Efeitos da Posse. Direitos Reais; Propriedade. Restrições ao Uso da Propriedade. Superfície. Servidões. Usufruto. Uso. Habitação. Direito do Promitente Comprador. Penhor, Anticrese e Hipoteca. Desapropriação: Modalidades, Fundamentos. Desapropriação urbanística. Desapropriação sancionatória.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL: Princípios Constitucionais e Gerais de Processo Civil. O Processo Civil nos Sistemas de Controle da Constitucionalidade. Ação Direta de Inconstitucionalidade de Lei ou Ato Normativo; Ação Declaratória de Constitucionalidade. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Declaração Incidental de Inconstitucionalidade; Intervenção Federal e Estadual; Sequestro de renda; Jurisdição. Jurisdição Contenciosa e Voluntária; Competência: conceito, espécies e critérios de determinação da competência. Modificações da Competência. Declaração e conflitos de competência; Atos processuais: classificação, forma, tempo, lugar, prazo, comunicação e nulidades; As Pessoas Jurídicas de Direito Público no Processo Civil. Especificidades; Formação, Suspensão e Extinção do Processo. Processo



de Conhecimento. Procedimentos e suas espécies; Antecipação da Tutela de Mérito. Tutelas de Urgência; Petição inicial. Resposta do réu. Contestação. Reconvenção e Exceções. Impugnação ao valor da causa. Revelia e seus efeitos. Litisconsórcio e assistência. Intervenção de terceiros. Julgamento conforme o estado do processo. Provas; Noções Gerais, sistema, espécies, produção. Audiência. Sentença e Coisa Julgada. Ação Rescisória. Recursos. Noções gerais, princípios, espécies. Recurso Adesivo. Recursos Regimentais. Recurso Extraordinário e Repercussão Geral; O processo nos tribunais. Uniformização de Jurisprudência. Súmula Vinculante. Liquidação da Sentença. Execução. Espécies. Cumprimento de Sentença. Impugnação ao cumprimento de Sentença. Embargos do Devedor. Penhora. Expropriação: Adjudicação, Alienação por iniciativa particular, Hasta Pública, Usufruto de Bem Móvel ou Imóvel. Exceção de Pré-Executividade. Execução contra as Pessoas Jurídicas de Direito Público. Precatórios. Cautelar. Princípios. Poder Geral de cautela. Procedimentos cautelares específicos. Ações Petitórias e Possessórias. Nunciação de Obra Nova e Demolição; Embargos de Terceiros. Ação de Usucapião; Retificação de área, divisão, retificação de registro imobiliário. Ação de Desapropriação. Mandado de Segurança Individual e Coletivo; Mandado de Injunção; Habeas Data; Ação Popular. Ação Civil Pública; Ação Monitória; Ação Declaratória; Ação Declaratória Incidental. Execução Fiscal: Lei Federal n.º 6.830/80.

DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

DIREITO FINANCEIRO: Conceito e objeto. Competência Legislativa: normas gerais e específicas. Lei nº 4.320/64. Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/00). Orçamento Público: conceito e natureza jurídica. Orçamento participativo. Princípios orçamentários. Regime constitucional: Finanças Públicas. Vedações constitucionais em matéria orçamentária. Normas gerais de Direito Financeiro. Processo orçamentário: calendário de elaboração e execução das leis orçamentárias, metas técnicas e instrução do orçamento público. Leis orçamentárias: Lei Orçamentária Anual; Lei de Diretrizes Orçamentárias e Plano Plurianual. Créditos adicionais. Processo legislativo orçamentário. Exercício financeiro. Receita pública: conceito, classificações e espécies. Entrada e receita. Estágios, dívida ativa. Receitas creditícias. Repartição constitucional de receitas tributárias (receitas transferidas constitucionais). Renúncia. Teoria dos preços. Movimentos de caixa. Espécies Tributárias: Imposto. Taxa. Empréstimos compulsórios. Contribuição de melhoria. Preço. Contribuições especiais. Despesa pública: conceito, classificação e espécies. Estágios da despesa: empenho, liquidação, ordem de pagamento e pagamento. Controle das despesas. Regime contábil da despesa. Restos a pagar e despesas de exercícios anteriores. Programação financeira. Precatórios judiciais. Crédito público: natureza jurídica, disciplina constitucional dos créditos e empréstimos públicos; classificação dos créditos públicos; Técnica do crédito público. Regime constitucional da dívida pública brasileira; dívida pública fundada, consolidada e mobiliária. Controle, fiscalização e prestação de contas. Extinção. Execução. Garantias. Operações de crédito. Competências constitucionais sobre dívida pública. Fiscalização financeira e orçamentária. Controle externo: Poder Legislativo e Tribunais de Contas. Controle Interno.

DIREITO TRIBUTÁRIO: Conceito de tributo. Espécies de tributos. Natureza jurídica específica dos tributos. Sistema Constitucional Tributário. Princípios Constitucionais Tributários. Competência Tributária. Imunidades. Fontes do Direito tributário. Legislação Tributária: vigência, aplicação, integração e



interpretação. Obrigação Tributária: Classificação. Fato gerador: Hipótese de incidência e seus aspectos e fato imponible. Capacidade tributária ativa e passiva. Sujeição passiva tributária: contribuinte; responsável tributário. Responsabilidade tributária: dos sucessores, de terceiros e pessoal. Responsabilidade por infrações. Denúncia espontânea. Crédito tributário. Lançamento e suas modalidades. Revisão do lançamento. Suspensão, extinção e exclusão. Garantias e privilégios. Preferências e cobrança em falência. Responsabilidade dos sócios em sociedades por quotas de responsabilidade limitada. Alienação de bens em fraude à Fazenda Pública. Administração Tributária: fiscalização, dívida ativa, certidões. Processo Administrativo Tributário. Processo Judicial Tributário: execução fiscal; Ação Anulatória de Débito Fiscal; Ação de Repetição de Indébito; Ação de Consignação em Pagamento; Ação Declaratória; Medida Cautelar Fiscal; Mandado de Segurança. Lei nº 11.101/2005 (Recuperação Judicial/Falências). Tributos de Competência Municipal: fato gerador, base de cálculo e sujeitos passivos. IPTU. ISS. ITBI. Taxas Municipais. Contribuições Municipais. Repartição Constitucional de Receitas Tributárias. Lei n.º 8.137, de 27 de dezembro 1990 define os crimes contra a Ordem Tributária Econômica e contra as relações de consumo, com suas alterações;

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO

DIREITO DO TRABALHO: Contrato individual do trabalho: Conceito; Elementos essenciais para sua formação; Relação jurídica dele derivada; Obrigações decorrentes do contrato; Rescisão; Nulidade; As partes do contrato individual de trabalho. Empregados na Administração Pública. Sucessão de empregadores. Poder disciplinar. Contrato individual de trabalho por prazo indeterminado e por prazo determinado. Trabalho temporário. Alteração de contrato. Suspensão e Interrupção. Extinção do contrato individual de trabalho. Justa Causa. Falta grave. Estabilidade absoluta e garantia do emprego. Estabilidade temporária. Aviso prévio. Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Salário e Remuneração: Salário Mínimo; Salário contratual; Salário profissional; Salário normativo; Ajudas de custo; Gratificação de Natal; Vale transporte. Proteção de salário. Equiparação salarial. Duração do trabalho: Jornada normal e trabalho extraordinário; Duração semanal do trabalho; Trabalho Noturno; Trabalho por turnos; Descanso Semanal Remunerado. Férias anuais. Segurança e medicina do trabalho. Adicional de Insalubridade. Adicional de Periculosidade. Responsabilidade da Administração Pública Solidária e Subsidiária.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO: Competência da Justiça do Trabalho. Jurisdição e Competência dos Órgãos da Justiça do Trabalho. Processo e Procedimento nos Dissídios Individuais e Coletivos de Trabalho: Reclamação Trabalhista; Contestação; Embargos; Prazos; Custas; Exceções; Nulidade; Recursos; Execução; Prescrição. Privilégios da Fazenda Pública. Aplicação subsidiária do CPC e da LEF (Lei 6830/80). Processo e Procedimento nos Dissídios Coletivos: Competência para processá-los e julgá-los. Efeitos da Sentença Normativa na Administração. Coisa Julgada Formal e Material na Sentença Trabalhista. Acordos. Ação Rescisória. Ação Anulatória. Mandado de Segurança. Habeas Corpus. Medidas Cautelares e demais Ações cabíveis. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do Tribunal Superior do Trabalho.



DIREITO URBANÍSTICO E AMBIENTAL

DIREITO URBANÍSTICO: Teoria Geral do Direito Urbanístico. Princípios de Direito Urbanístico. Cartas de Atenas. Direito Urbanístico na Constituição Federal; Estatuto da Cidade - Lei Federal n.º 10.257/01; Instrumentos de Política Urbana. Instrumentos tradicionais de intervenção do Estado na propriedade. Novos instrumentos de intervenção do Estado na propriedade. Carta de Embu. Direito de moradia. Parcelamento do solo urbano – Lei Federal n.º 6.766/79. Regularização fundiária. Regularização Fundiária e o PMCMV (Programa minha casa, minha vida), com suas alterações - Lei n.º 11.977, de 07 de julho de 2009; Promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida - Lei Federal n.º 10.098/08. Estatuto da Metrópole.

DIREITO AMBIENTAL: Disposições constitucionais de proteção ao meio ambiente na Constituição Federal e na Constituição do Estado de Goiás. Proteção da vegetação nativa e política florestal (Lei n. 12.651/12); Direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado; Competências legislativas relacionadas ao Direito Ambiental; Competências administrativas relacionadas ao meio ambiente (Lei Complementar Federal n. 140 de 08/12/2011; Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n.º 6.938/81 e alterações posteriores). Do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA: estrutura e competências administrativas. Do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente; Estudo de Impacto Ambiental. Licenciamento Ambiental (EIA/RIMA). Resoluções CONAMA n.º 09/87 e n.º 237/97; Política Nacional de Resíduos Sólidos - Lei n.º 12.305, de 02 de agosto de 2010; Política Estadual de Resíduos Sólidos (Lei Estadual n. 14.248/2002); Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei n.º 9.985/00); Responsabilidade ambiental; Responsabilidade civil por dano ambiental no direito brasileiro; Crimes ambientais (Lei n.º 9.605/98 e alterações posteriores); Preservação do Meio Ambiente Cultural. Instrumentos de Proteção: Tombamento, registro, inventário, vigilância, desapropriação; Política Nacional de Saneamento Básico (Lei n. 11.445/2007); Proteção da vegetação, reserva legal e áreas de preservação permanente; Manejo florestal sustentável na Região Amazônica. Concessão Florestal (Lei n.º 11.284/06); Proteção das águas. Lei de Recursos Hídricos (Lei n.º 9.433/97). Padrões de qualidade das águas. Infrações administrativas (Decreto Federal n.º 6.514/2008 e alterações posteriores); Cerrado Brasileiro – noções gerais de suas características, riscos ambientais e preservação. Código Florestal - Lei n.º 12.651, de 25 de maio de 2012 - Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

DIREITO ELEITORAL

DIREITO ELEITORAL: Direitos Fundamentais e Direitos Políticos; Direito Eleitoral: origens, conceito e princípios; Lei n. 4.737/1965 (Código Eleitoral) e alterações posteriores; Organização da justiça eleitoral: composição e competências; Capacidade e alistamento eleitoral; Lei n. 4.737/1965 e alterações. Lei n. 6.996/1982 e alterações. Lei n.º 7.444/1985. Resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) n. 21.538/2003. 6. Domicílio eleitoral; Elegibilidade. Conceito e condições. Lei Complementar n. 64/1990 e alterações posteriores. (Inelegibilidade). Fatos geradores de inelegibilidade. Incompatibilidades, prazos e suspensão por



decisão judicial dos efeitos da inelegibilidade; Impugnação de registro de candidatura; Competência, procedimentos, prazos e efeitos recursais no âmbito da Lei Complementar n. 64/1990 e alterações posteriores; Partidos políticos (conforme a Constituição Federal, Código Eleitoral, Lei n. 9.096/1995 e alterações posteriores) Resolução (TSE) n. 22.610/2007; Eleições (Código Eleitoral, Lei n. 9.504/1997 e alterações posteriores). Sistema eleitoral: princípio majoritário e proporcional, representação proporcional. Coligações; Registro de candidatura: pedido, substituição, cancelamento, impugnação no âmbito da Lei n. 9.504/1997 e alterações posteriores; Arrecadação e aplicação de recursos nas campanhas eleitorais: vedações inerentes e sanções; Prestação de contas de campanha; Propaganda eleitoral (conforme o Código Eleitoral e a Lei n. 9.504/1997 e alterações posteriores). Direito de resposta. Condutas vedadas em campanhas eleitorais; Eleições. Sistema eletrônico de votação e totalização dos votos. Diplomação dos eleitos: natureza jurídica, competência para diplomar e fiscalização. Abuso de poder e corrupção no processo eleitoral. Lei Complementar n. 64/1990 e alterações posteriores; Das Condutas Vedadas a Agentes Públicos (Lei 9.504/97 - Lei das Eleições - art. 73 a 78). Elegibilidade: Conceito e Condições. Inelegibilidade: Conceito, fatos geradores de inelegibilidade e desincompatibilização (Lei Complementar nº 064/90 com as alterações da Lei Complementar nº 135/2010 - Lei da Ficha Limpa).

DIREITO IMOBILIÁRIO

DIREITO IMOBILIÁRIO Teoria Geral do Direito Imobiliário. Aquisição e registro de imóveis. Contrato e promessa de compra e venda de imóveis. Incorporação Imobiliária. Condomínio. Parcelamento do solo. Locação predial. Leasing imobiliário. Posse: Aspectos gerais e efeitos. Teorias sobre a posse. Espécies de posse. Reintegração de posse. Manutenção de posse. Interdito proibitório. Exceção do domínio. Locação de imóveis urbanos: Contrato de locação. Garantias da locação. Ação de Despejo. Ação Renovatória. Ação Revisional de aluguéis. Consignação de aluguéis. Propriedade e direitos reais: Direitos reais. Propriedade. Atributos da propriedade. Características da propriedade - a função social e a propriedade plena e limitada.

PROCESSO ELETRÔNICO

PROCESSO ELETRÔNICO Poder Judiciário e modernização da justiça; Processo digital e fluxos de informação; Certificação Digital; Infraestrutura Brasileira de Chaves Públicas – ICP/Brasil; Lei nº 9.800, de 26 de maio de 1999; Lei nº 10.259, de 12 de junho de 2001; Lei nº 10.358, de 27 de dezembro de 2001; Lei nº 11.280, de 16 de fevereiro de 2006; Lei nº 11.341, de 7 de agosto de 2006; Lei n. 11.382, de 6 de dezembro de 2006; Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001; Informatização do processo judicial. Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006 (dispõe sobre a informatização do processo judicial); Lei 12.682, de 9 de junho de 2012; Resolução nº 121/2012 do CNJ; Resolução CNJ nº 185 de 18/12/2013 (institui o PJe como sistema de processamento e prática de atos processuais, sua implementação e funcionamento).

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL Lei Orgânica do Município de Goiânia/1990, atualizada até a Emenda à Lei Orgânica n.º 059/2014; Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Goiânia - Lei Complementar n.º 011/1992, com suas alterações; Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Goiânia – Lei Municipal n.º. 8095/2002 e alterações dadas pela Lei n.º 8.347/2005; Código Tributário do Município – Lei 5.040/1975, atualizado a partir da Consolidação da Legislação Tributária Municipal, publicada no D.O.M. n.º. 1667 de 28/05/1996 até a Lei Complementar n.º. 278 de 21/07/2015; Plano Diretor - Lei Complementar Municipal n.º 171/2007; Vazios Urbanos - Lei Complementar n.º.181/08; Estudo de Impacto de Trânsito/EIT – Lei Municipal n.º .8.645/08. Estudo de Impacto de Vizinhança/EIV- Lei Municipal n.º.8.646/08. Conjuntos Residenciais - Lei Municipal n.º.8760/09. Transferência do Direito de Construir/ TDC - Lei Municipal n.º.8761/09. Código de Obras e Edificações – Lei Complementar Municipal n.º.177/08. Acesso e circulação de deficientes físicos, em edificações que compreendam atendimento, circulação pública ou coletiva - Lei Municipal n.º 6.673/88. Uso do Solo Lei dos Parâmetros Urbanísticos - Lei Municipal n.º.8.617/08. Outorga Onerosa – Lei Municipal n.º. 8618/08. Loteamentos Urbanos e Remanejamento - Lei Municipal n.º. 4.526/72. Área Especial de Interesse Social/AEIS- Lei Municipal n.º. 8834/09. Conjuntos Residenciais - Lei Municipal n.º.8760/09. Projeto Diferenciado de Urbanização/PDU - Lei Municipal n.º. 8767/09; Sistema de Registro de Preços nas compras, obras e serviços contratados pelos órgãos da Administração Pública Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional e das Sociedades de Economia Mista do Município de Goiânia - Lei Municipal n.º 9.525/2014; Plano de Carreira e Vencimentos do Cargo de Procurador do Município - Lei Complementar n. 262/2014 e suas alterações; Organização Administrativa do Poder Executivo Municipal e novo modelo de gestão - Lei Complementar n.º 276/2015.

GEOGRAFIA, HISTÓRIA E CONHECIMENTOS GERAIS SOBRE GOIÂNIA E ESTADO DE GOIÁS

A população goiana: povoamento, movimentos migratórios, densidade e distribuição demográfica. História política de Goiás: a independência em Goiás; as oligarquias e o Coronelismo na República Velha; a Revolução de 1930; dinâmica política regional (partidos e movimentos sociais); Ditadura Militar em Goiás e a transição democrática; a política de 1930 até os dias atuais. Aspectos físicos do território goiano: hidrografia, clima, relevo e vegetação. Patrimônio natural, histórico, cultural e religioso de Goiás: as festas religiosas; o patrimônio natural, histórico, cultural e o turismo. Formação econômica de Goiás: as bandeiras e a exploração do ouro; a agricultura e a pecuária nos séculos XIX e XX; a estrada de ferro e a modernização da economia goiana; a construção de Goiânia; industrialização, infraestrutura e planejamento.

Fontes para Pesquisa da Legislação:

<<http://www4.planalto.gov.br/legislacao>>

<<http://www.casacivil.go.gov.br/pagina/ver/5364/legislacao>>

<<http://www4.goiania.go.gov.br/portal/site.asp?s=775>>

<<http://www4.goiania.go.gov.br/portal/site.asp?s=775&m=2068>>

CONCURSO PÚBLICO PARA PROCURADOR DO MUNICÍPIO – EDITAL Nº 001/2015

ANEXO III - DOCUMENTOS PARA POSSE

Para posse todos os candidatos deverão apresentar-se portando os documentos (original e cópia) listados a seguir e o atestado de aptidão expedido pela Gerência da Junta Médica da Diretoria de Saúde e Segurança do Servidor da SEMAD.

- ✓ **DOCUMENTO DE IDENTIDADE** – Expedidos pelos seguintes órgãos: Secretarias de Segurança Pública e Justiça, Institutos de Identificação, Diretoria Geral da Polícia Civil, Forças Armadas, Polícia Militar ou Polícia Federal – 3 cópias e original;
- ✓ **C.P.F.** – 3 cópias e original;
- ✓ **PIS/PASEP** – 3 cópias e original;
- ✓ **TÍTULO DE ELEITOR** – 3 cópias e original
- ✓ **QUITAÇÃO ELEITORAL** - Certidão ou comprovante de votação do 1º e 2º turno (última votação) – 3 cópias e original;
- ✓ **CERTIFICADO DE RESERVISTA** – (Homens) – 3 cópias e original;
- ✓ **CERTIDÃO DE CASAMENTO** – 3 cópias e original;
- ✓ **CERTIDÃO DE NASCIMENTO** (filho menor de 21 anos) – 3 cópias e original;
- ✓ **COMPROVANTE DE ENDEREÇO** – 3 cópias e original;
- ✓ **COMPROVANTE DE ESCOLARIDADE** – Certificado de Conclusão do Curso de Direito devidamente reconhecido pelo órgão competente;
- ✓ **COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – OAB** - 3 cópias e original;
- ✓ **FOTO ¾ RECENTE** - 1 foto;
- ✓ **COMPROVANTE DE CONTA CORRENTE:** de qualquer agência do Banco do Brasil – 1 Cópia;
- ✓ **ATESTADO DE APTIDÃO:** Expedido pela Gerência da Junta Médica - 1 cópia e original.

EXAMES MÉDICOS

A lista de exames médicos, assim como o link para agendamento da perícia médica será disponibilizada no site <www.concursos.goiania.go.gov.br> após a nomeação dos convocados para ingresso no cargo.

CONCURSO PÚBLICO PARA PROCURADOR DO MUNICÍPIO – EDITAL Nº 001/2015

| ANEXO IV - CRONOGRAMA | |
|------------------------------|--|
| Data | Eventos |
| 15/09/15 | Publicação do Edital e anexos. |
| 16 e 17/09/15 | Prazo para interposição de recursos contra o Edital. |
| 23/09/15 | Divulgação das respostas aos recursos interpostos contra o Edital. |
| 16/10 a 08/11/15 | Período de inscrições. |
| 16 a 21/10/15 | Prazo para solicitação de isenção do pagamento de inscrição para candidatos inscritos no CADÚNICO, para os doadores de sangue e de medula óssea. |
| 22/10/15 | Último prazo para envio/entrega do formulário de solicitação de isenção, acompanhado da documentação exigida (somente para doadores de sangue e de medula óssea). |
| 27/10/15 | Divulgação do resultado preliminar dos pedidos de isenção do pagamento de inscrição. |
| | Disponibilização do documento comprobatório da isenção do pagamento de inscrição. |
| 28 e 29/10/15 | Prazo para interposição de recurso contra o resultado preliminar da isenção do pagamento de inscrição. |
| 05/11/15 | Divulgação do resultado final dos pedidos de isenção do pagamento de inscrição. |
| | Divulgação das respostas dos recursos contra o resultado preliminar da solicitação de isenção do pagamento de inscrição. |
| 09/11/15 | Último dia para pagamento de inscrição. |
| | Último dia para entrega ou postagem dos laudos médicos dos candidatos que desejam concorrer como deficientes e/ou solicitaram tempo adicional para realização das provas. |
| | Último dia para entrega ou postagem do requerimento de condições especiais para realização das provas, acompanhado da documentação exigida. |
| 17/11/15 | Último dia para conferência e alteração dos dados cadastrais (on-line) informados no ato da inscrição, com exceção do nome e do número do cadastro de pessoa física (CPF). |
| 18/11/15 | Homologação da inscrição. |
| 19 e 20/11/15 | Prazo para recurso contra a Homologação da Inscrição. |
| 24/11/15 | Data final para o candidato que efetuou o pagamento de sua inscrição dentro dos prazos previstos no Edital ou do candidato beneficiado com a isenção do pagamento que não teve sua inscrição homologada comparecer ao Centro de Seleção da UFG, levando consigo o boleto quitado ou o boleto e o comprovante de pagamento ou o documento comprobatório da isenção e o original do seu Documento de Identificação para fins de homologação. |
| 25/11/15 | Resultado final da Homologação da Inscrição. |
| | Divulgação das respostas dos recursos contra a Homologação da Inscrição. |
| 01/12/15 | Divulgação do resultado preliminar dos candidatos que apresentaram a documentação exigida para fins de concorrer como deficiente e/ou dos que solicitaram tempo adicional. |
| | Publicação das respostas aos requerimentos dos candidatos que solicitaram condições especiais para a realização das provas. |

| | |
|-----------------|--|
| 02 e 03/12/15 | Prazo para interposição de recurso contra o resultado preliminar da entrega da documentação dos candidatos que apresentaram a documentação exigida para fins de concorrer como deficiente e/ou solicitaram tempo adicional e dos que solicitaram condições especiais para realização das provas. |
| 08/12/15 | Divulgação do resultado final da entrega da documentação exigida para fins de concorrer como deficiente, e/ou dos que solicitaram tempo adicional. |
| | Resposta dos recursos contra o resultado preliminar da entrega da documentação dos candidatos que apresentaram a documentação exigida para fins de concorrer como deficiente e/ou solicitaram tempo adicional e dos que solicitaram condições especiais para realização das provas. |
| 09/12/15 | Divulgação do comunicado que informa o local de realização da Prova Objetiva. |
| 13/12/15 | REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA Divulgação do Gabarito Preliminar da Prova Objetiva. |
| 14 e 15/12/15 | Prazo para interposição de recursos contra a aplicação da prova e/ou formulação e os conteúdos das questões e contra o gabarito preliminar da Prova Objetiva. |
| 12/01/16 | Divulgação do resultado preliminar da Prova Objetiva. |
| | Divulgação do gabarito final da Prova Objetiva. |
| | Visualização do cartão-resposta da Prova Objetiva. |
| | Divulgação do boletim de desempenho da Prova Objetiva. |
| | Divulgação das respostas dos recursos contra a aplicação da prova e/ou formulação e os conteúdos das questões e contra o gabarito preliminar da Prova Objetiva. |
| 13 e 14/01/16 | Prazo para interposição de recurso contra o resultado preliminar da Prova Objetiva. |
| 19/01/16 | Divulgação do resultado final da Prova Objetiva. |
| | Divulgação das respostas dos recursos contra o resultado preliminar da Prova Objetiva. |
| | Divulgação da relação dos candidatos convocados para a Prova Discursiva. |
| 20/01/16 | Divulgação do comunicado que informa o local de realização da Prova Discursiva. |
| 24/01/16 | REALIZAÇÃO DA PROVA DISCURSIVA Divulgação das respostas esperadas da Prova Discursiva. |
| 25 e 26/01/16 | Prazo para interposição de recurso contra a aplicação e/ou formulação das questões/peça da Prova Discursiva e contra as respostas esperadas preliminares dessa prova. |
| 16/02/16 | Divulgação do resultado preliminar da Prova Discursiva. |
| | Divulgação do boletim de desempenho da Prova Discursiva. |
| | Divulgação das respostas esperadas oficiais da Prova Discursiva. |
| | Divulgação das respostas dos recursos contra aplicação e/ou formulação das questões/peça da Prova Discursiva e das respostas esperadas preliminares dessa prova. |
| 17 e 18/02/16 | Vistas, on-line da Prova Discursiva. |
| | Interposição de recursos contra o resultado preliminar da Prova Discursiva. |
| 01/03/16 | Divulgação do resultado final da Prova Discursiva. |

| | |
|---------------|--|
| | Divulgação das respostas aos recursos contra o resultado preliminar da Prova Discursiva. |
| | Divulgação do resultado Preliminar do Concurso. |
| 02 e 03/03/16 | Prazo para interposição de recurso contra o resultado Preliminar do Concurso. |
| 02/03/16 | Publicação do Edital de convocação da perícia médica dos candidatos que se inscreveram para as vagas reservadas às pessoas com deficiência e/ou dos que usufruíram do tempo adicional durante a realização da(s) prova(s). |
| 07 e 08/03/16 | Realização da perícia médica dos candidatos que se inscreveram para vagas reservadas às pessoas com deficiência e/ou dos que usufruíram do tempo adicional durante a realização da(s) prova(s). |
| 10/03/16 | Resultado preliminar da Perícia Médica. |
| 11 e 14/03/16 | Prazo para interposição de recurso contra o resultado preliminar da Perícia Médica. |
| 17/03/16 | Divulgação das respostas dos recursos contra o resultado preliminar da Perícia Médica. |
| | Resultado final da Perícia Médica. |
| | Divulgação das respostas dos recursos contra o resultado preliminar do Concurso. |
| | Divulgação do resultado final do Concurso. |
| 22/03/16 | Divulgação do boletim de desempenho final. |
| | Homologação do Concurso. |